



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DA
FIGUEIRA DA FOZ**

**ATA N.º 4/2024
SESSÃO ORDINÁRIA
DE 30-04-2024**

“Nos termos do art.º 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as atas são publicitadas na íntegra, mediante edital afixado durante 5 dos 10 dias subsequentes à sua aprovação, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-04-2024

LOCAL - Sala das Sessões dos Paços do Município-----

DATA -30 de abril de 2024-----

INICIO - quinze horas e vinte minutos-----

A sessão iniciou-se com a presença de:-----

PRESIDENTE - José Duarte Pereira.....PS

1ª SECRETÁRIA - Ana Margarida Pinto da Cunha.....PS

2ª SECRETÁRIA - Júlio César da Costa Loureiro.....PS

MEMBROS - Paulo Henrique Nisa MarianoFAP

Mafalda Reis de AzevedoPS

Rosa Maria da Costa ReisFAP

José Fernando Guedes CorreiaPS

Teotónio Paulo de Jesus CavacoPSD

David Manuel Fajardo AzenhaFAP

Maria Isabel Cardoso Guardão TavaresPS

Edgar José Pedrosa GonçalvesFAP

Victor Manuel dos Santos MadalenoPS

José Augusto Fernandes MateusFAP

Célia Maria da Silva MoraesPS

Manuel Fernando Rascão MarquesPSD

Joaquim Francisco da Silva PereiraFAP

José Manuel Cunha CarvãoPS

José António Borges LigeiroFAP

António José Mendes da Fonseca Marques AntunesPS

Carlos Miguel da Silva MargatoFAP

Adélia Maria Ramos BatataPSD

António Graça LapãoFAP

Silvina da Silva Fonseca Anadio de QueirozCDU

Micaela Miranda DurãesFAP

Pedro Miguel da Silva Ribeiro JorgeBE

Gonçalo Andrade de OliveiraFAP

PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

(Alhadas) Jorge Manuel Bugalho da SilvaPS

(Alqueidão) Clarisse da Silva Ferreira OliveiraPS

(Bom Sucesso) Carlos das Neves BatataPS

(Buarcos e São Julião) Rosa Maria Martins Ferreira BaptistaFAP



(Ferreira-a-Nova)	Ricardo Manuel Santos Pereira	PS
(Lavos)	José Coelho Henriques da Silva	PS
(Maiorca)	Rui Pedro Pinto Ferreira	PS
(Marinha das Ondas)	José Alberto Jordão Suzana	PS
(Moinhos da Gândara)	Gilberto Fajardo Oliveira	PSD
(Paião)	José Alberto da Silva Carvalho	FAP
(Quiaios)	Ricardo Manuel Rodrigues Santos	PS
(São Pedro)	Jorge Aniceto Pimentel dos Santos	PS
(Tavarede)	Fernando António Martins Lopes	PS
(Vila Verde)	Vítor Manuel Gonçalves Alemão	PS

Após verificação do quórum, deu-se início à sessão.-----

COMUNICAÇÃO DE AUSÊNCIAS

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal, Francisco Nuno Costa de Melo Biscaia, Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro e Isabel Cristina Guerreiro Pimentel Maia.-----

SUBSTITUIÇÕES

João Raul Henriques Sousa Moura Portugal por António José Mendes da Fonseca Marques Antunes, Susana Maria Rodrigues Oliveira Monteiro por Ricardo Manuel Santos Pereira e Isabel Cristina Guerreiro Pimentel Maia por Carlos Miguel da Silva Margato.---

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 25 DE JANEIRO DE 2024

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Coloco para aprovação a ata da sessão extraordinária de 25 de janeiro de 2024."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, e do Partido Social Democrata, Adélia Ramos Batata, deliberou, por maioria, com trinta e cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata, Coligação Democrática Unitária e Bloco de Esquerda, quatro abstenções dos membros do Partido Socialista, José Cunha Carvão e Ricardo Santos Pereira, do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano e Edgar Pedrosa Gonçalves, por não terem estado presentes na mesma, e sem votos contra, aprovar a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 25 de janeiro de 2024.--
Deliberação aprovada em minuta.-----

2 - LEITURA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS



O **SEGUNDO SECRETÁRIO** deu nota de todo o expediente e correspondência recebida, designadamente:-----

- Convites de algumas coletividades para aniversários e eventos por elas promovidos, onde a Assembleia Municipal se fez representar-----

- Convites do Presidente da Câmara para o (a):-----

• Assinatura do contrato-promessa de compra e venda de 21 lotes no Parque Industrial e Empresarial da Figueira da Foz, com a empresa Domingos da Silva Teixeira-Imobiliária, S.A.-----

• Cerimónia de homenagem à empresa Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e ao gabinete «Atelier 15, Lda.»-----

• Visita aos primeiros fogos reabilitados, no âmbito da empreitada do programa 1.º Direito/Plano de Recuperação e Resiliência-----

• Cerimónia de criação de um Espaço «Laudato Si»-----

• Cerimónia de entrega de diplomas de mérito desportivo, referentes à época 2022/2023-----

• Assinatura do Auto de Consignação da empreitada da obra de «Intervenção no Abrigo da Montanha»-----

• Comemoração do Dia do Museólogo-----

Convites de:

- Representante da Organização do Ano Novo Chinês do Norte para a comemoração dos 45 anos das Relações Diplomáticas Portugal-China e do encerramento das comemorações do Ano Novo Chinês, Ano do Dragão-----

- Figueira Comunica para o Ciclo de Conversas Mário Soares | Encontro com Eduardo Barroso-----

- Fundação Dionísio Pinheiro para um recital de Piano a 4 mãos, no âmbito dos Ciclos de Lua Nova-----

- Casa dos Pescadores para a tomada de posse dos seus Órgãos Sociais para o biénio 2024/2026-----

- Magenta para as exposições de pintura e escultura Diferentes Olhares #3 e Diferentes Olhares #4-----

- Conselho de Moradores de Borda do Campo para uma Noite Cultural-----

- Figueira Sabor a Mar para uma visita de trabalho às Caves Aliança, em Sangalhos

- Figueira Sabor a Mar para apresentação do Festival Gastronómico «Do Sável e Lampreia»-----

- Junta de Freguesia de Lavos para a inauguração da Exposição Itinerante «50 anos



do 25 de Abril»-----

- Conservatório de Música David de Sousa para o espetáculo «FAME»-----
- Conservatório de Música David de Sousa para o espetáculo «E Depois do Adeus»--
- Junta de Freguesia de Marinha das Ondas para o 96º Aniversário da Freguesia---
- Junta de Freguesia de Bom Sucesso para o Mercadito da Páscoa 2024-----
- Junta de Freguesia de Ferreira-a-Nova para a Comemoração do Dia da Freguesia--
- Junta de Freguesia de Moínhos da Gândara para as Tertúlias Idalecianas-----
- Junta de Freguesia de Quiaios para o concerto da Orquestra Ligeira do Exército (OLE), integrado nas Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril-----
- Junta de Freguesia de Alqueidão para o 96º aniversário da Freguesia-----
- Diretora da Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz para a cerimónia de abertura da exposição «Expo oficinas de cinema de animação e Abril»
- Junta de Freguesia de Maiorca para as Comemorações dos 50 anos 25 Abril & 830 anos de Foral-----
- Gebalis para o Seminário «Housing Europe Manifesto and Mediterranean Reality, paths and future»-----
- Bonae Spei - Associação Cultural para a Sessão de Abertura RoadShow Eleições Europeias-----
- Sociedade Musical Recreativa, Instrutiva e Beneficente Santanense para a inauguração do edifício de apoio à sede da coletividade-----
- Associação da Amizade e das Artes Galego Portuguesa para a inauguração da exposição «50 Anos de Abril» no Centro Cultural Penedo da Saudade, em Coimbra---
- Figueira Sabor a Mar para a apresentação do Festival Gastronómico da «Raia»---
- ONGD Mão na Mão - Associação Crianças do Mundo para um Espetáculo Solidário---
- Carlos Ferreira para a «Abertura» do MARÉGRAFO - FOZ VILLAGE-----
- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para uma série de atividades inseridas nas comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril- «Colorir Abril e En(Cantar) a Liberdade»-----
- Magenta para inauguração da exposição de pintura intitulada «Looking Glass», na Galeria de Solidariedade do Hospital Distrital da Figueira da Foz - Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego-----
- Casa do Povo de Quiaios/Filarmónica Quiaense para o Concerto «50 anos de Liberdade»-----
- União das Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal para o XIII Mercado do Queijo Rabaçal e dos Romanos-----



- Comando Distrital de Coimbra da Polícia de Segurança Pública para as comemorações do seu 146.º Aniversário-----
- Conselho de Moradores de Borda do Campo para o para 38.º Festival de Folclore-
- Junta de Freguesia de Buarcos e São Julião para o I Mercado do Duque, na Rota das Invasões Francesas-----
- Junta de Freguesia de Vila Verde para a Sinfonia da Paz.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

3 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Dado nenhum cidadão se ter inscrito para intervir neste Período de Antes da Ordem do Dia, passaremos de imediato aos assuntos gerais de interesse do Município."-----

4 - ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

A - MOÇÃO SOBRE «REDUÇÃO DE HORÁRIO DOS POSTOS DE CORREIOS NAS FREGUESIAS, SUBSCRITA PELA PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ALQUEIDÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Clarisse Silva Oliveira.-----

CLARISSE SILVA OLIVEIRA: "Tendo em conta que as Juntas de Freguesia são órgãos do Poder Local e representam um espaço privilegiado de contacto com as populações, e considerando que a prestação de serviços postais é uma prática enraizada na Freguesia de Alqueidão desde 2005, com muitas juntas a adaptarem e desenvolverem as suas instalações e recursos humanos para melhor servir os seus fregueses, não podemos aceitar as recentes decisões unilaterais dos CTT - Correios de Portugal, que não incluíram qualquer forma de negociação ou diálogo.-----

Por meio deste documento, a Freguesia de Alqueidão expressa a sua forte oposição à proposta de alteração contratual apresentada pelos CTT - Correios de Portugal, S. A., que visa a redução de horário e, consequentemente, o valor de pagamento à nossa Freguesia.-----

É importante salientar que a Freguesia de Alqueidão cumpre rigorosamente todas as obrigações estabelecidas no protocolo entre os CTT - Correios de Portugal e a Associação Nacional de Freguesias, assim como no contrato de prestação de serviços e seu subsequente aditamento. Comprometemo-nos a honrar os termos estabelecidos e a colaborar com os CTT - Correios de Portugal para garantir a eficiência na prestação dos serviços postais na nossa Freguesia.-----

Acreditamos firmemente que a redução proposta no horário de funcionamento terá um impacto negativo significativo na nossa comunidade, agravando ainda mais as



disparidades entre áreas urbanas e rurais e prejudicando o acesso dos cidadãos aos serviços postais essenciais. O acesso a um serviço postal adequado é um direito fundamental, e qualquer redução no horário de funcionamento compromete esse direito, especialmente para as áreas rurais que já enfrentam desafios adicionais de acesso a serviços básicos.

Além disso, a redução no valor de pagamento à Freguesia do Alqueidão também é motivo de preocupação, pois pode afetar a nossa capacidade de fornecer serviços e infraestrutura adequados aos nossos cidadãos. Embora estejamos dispostos a aceitar uma redução no valor de pagamento, mantendo as 7 horas diárias de funcionamento, lamentamos que essa proposta tenha sido recusada pelos CTT – Correios de Portugal. Também gostaríamos de destacar o recente anúncio de aumento nos preços do serviço universal pelos CTT – Correios de Portugal, o que só agrava ainda mais a situação. Portanto, solicitamos que os CTT reconsiderem a sua proposta de alteração contratual e mantenham os horários de funcionamento dos serviços postais na Freguesia de Alqueidão conforme atualmente estabelecido. Estamos abertos ao diálogo e à busca de soluções que atendam às necessidades de ambas as partes, sempre priorizando o acesso equitativo aos serviços postais para todos os nossos cidadãos. Esperamos que esta manifestação seja acolhida com seriedade e responsabilidade pelos CTT – Correios de Portugal e que possamos encontrar juntos uma solução que preserve os direitos e interesses da nossa comunidade.-----

Por fim, a Freguesia de Alqueidão vem pedir a esta Assembleia Municipal que esta moção seja enviada à Administração dos CTT – Correios de Portugal.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “É apenas um desabafo sentido!-----

A capacidade de negociação com os CTT –Correios de Portugal e com outras entidades, mas referimo-nos hoje a esta, ficou drasticamente diminuída pela privatização dos serviços. Portanto, isto é uma herança envenenada que nós temos dessa opção política!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Jorge Bugalho Silva.

JORGE BUGALHO SILVA: “Quero referir que em relação à Moção apresentada pela minha colega de Alqueidão, as Alhadas estão exatamente numa situação igual.-----

Portanto, apoio completamente esta Moção!-----

Informo, ainda, que solicitei a presença na Junta de Freguesia do Coordenador dos CTT – Correios de Portugal da zona e também da Senhora Diretora dos CTT da zona Norte, para uma reunião comigo, onde lhes manifestei exatamente aquilo que a



deputada municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão, Clarisse Silva Oliveira, aqui referiu.-----

Ou seja, como alternativa, manter na mesma as 7:00 horas para prestarmos o serviço à população, independentemente de sermos pagos apenas a meio tempo.-----

Foi-me informado que isso não era possível, que era uma situação que teria de ser tratada através da Associação Nacional de Freguesias e também dos CTT - Correios de Portugal, dado serem as únicas entidades com capacidade para poderem fazer essa alteração.-----

E, portanto, muito em breve no decorrer da próxima semana, espero apresentar também à Associação Nacional de Freguesias e ao representante dos CTT - Correios de Portugal, a minha preocupação em relação aos serviços de Correios que na Freguesia das Alhadas estão a ficar extintos, digamos que por esta atitude, sendo um serviço que deixamos de prestar à população Alhadense."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção sobre «Redução de horário dos Postos de Correios nas Freguesias, subscrita pela Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

B - VOTO DE SAUDAÇÃO - 25 ABRIL E 1.º DE MAIO - SUBSCRITO PELO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Passada uma semana sobre as gloriosas comemorações do 50.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, que aqui uma vez mais saudamos, esta Assembleia Municipal entende por bem declarar o seu imenso reconhecimento face aos obreiros de Abril, relevando as suas conquistas mais emblemáticas: o direito à Liberdade nas suas mais variadas expressões, os mais diversos direitos cívicos, o magnífico Serviço Nacional de Saúde que herdámos da Revolução, a independência nacional, hoje infelizmente seriamente ameaçada.-----

Amanhã celebraremos os 50 anos sobre o primeiro 1.º de Maio vivido em Liberdade e saudamos calorosamente a efeméride, a nível nacional e local, distinguindo a ação da União de Sindicatos da Figueira da Foz (USFF) na sua praxis diária e neste



particular momento, agradecendo gratamente as celebrações que levará a cabo, com o apoio da Câmara Municipal da Figueira da Foz.-----

A todos a expressão do mais sentido reconhecimento."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "O grupo municipal do Partido Socialista, apesar de algumas divergências no wording e esta menção, que nos parece algo escusada, à União de Sindicatos, o movimento sindical em Portugal não é unitário há muitas décadas, seja como for, procurando separar o essencial daquilo que é acessório, votaremos favoravelmente a Moção."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Penso que já várias vezes aqui referimos que as Moções deveriam ser suficientemente latas para poder compaginar diversas opiniões político-partidárias, mas a Coligação Democrática Unitária continua a querer impor um determinado paradigma.-----

Apesar de concordar, no essencial, com o teor desta Moção, não posso deixar de não fazer referência a algumas insinuações que me parecem descabidas numa Moção que visa comemorar exatamente os 50 anos de Democracia, e Democracia é Pluralidade."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Eu entendi a intervenção do deputado municipal José Fernando Correia, mas quanto a esta última eu não sei sequer quem foi o deputado, sei que foi uma voz masculina, mas não a identifiquei.-----

Como não percebi gostava, se possível, de ser esclarecida. Onde é que estão as insinuações e do quê?-----

Porque fui eu que redigi este texto, que depois submeti à apreciação dos meus camaradas, e nunca pela minha cabeça passou insinuação alguma.-----

Daí a minha estupefação!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Nada a declarar."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de SAUDAÇÃO - 25 Abril e 1.º de Maio, subscrito pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária.-----



Deliberação aprovada em minuta.-----

**C - VOTO DE REGOZIJO À UNIÃO DOS RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES -
APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA**

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Como momento alto da celebração do 50.º aniversário do 25 de Abril, assume relevância de maior a solene inauguração, no passado sábado 27/04, do Museu Resistência e Liberdade, no Forte de Peniche.-----

Assume particular importância e significado o facto daquela tristemente célebre fortaleza, palco das mais abomináveis torturas durante a famigerada ditadura fascista, vir a ser agora palco privilegiado de celebração da Liberdade e de local de homenagem a todos os lutadores contra o maquiavélico regime que nos assombrou ao longo de 48 longos anos.-----

Um imenso reconhecimento a todos eles e um agradecimento emocionado à URAP (União dos Resistentes Antifascistas Portugueses) pela empresa que em momento decisivo decidiu encetar.-----

Deverá ser enviado um voto de saudação e emotiva gratidão à URAP nacional, com sede em Lisboa, através do Núcleo Local da estrutura na Figueira da Foz."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausente o membro do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia, deliberou, por unanimidade, aprovar o Voto de Regozijo à União dos Resistentes Antifascistas Portugueses, apresentado pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

D - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - RELATÓRIO DA REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, CLARISSE SILVA OLIVEIRA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Clarisse Silva Oliveira.-----

CLARISSE SILVA OLIVEIRA: "Os Conselhos Municipais de Saúde foram criados na sequência da transferência de competências para os municípios no domínio da Saúde, enquanto estruturas consultivas destinadas a permitir a articulação no planeamento, definição de estratégias de intervenção e políticas de saúde a nível municipal.- Assim, em cumprimento do disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, conjugado com o art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, foi criado o Conselho



Municipal de Saúde da Figueira da Foz, constituído em 2020 e reorganizado em 2023. No dia 17 de abril, pelas 15,00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal realizou-se a primeira reunião neste mandato, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período de Antes da Ordem do Dia, Regimento do Conselho Municipal de Saúde da Figueira da Foz, Estratégia Municipal de Saúde da Figueira da Foz, as transferências de competências para os municípios no domínio da Saúde e outros assuntos.-----

O Conselho Municipal de Saúde é constituído pelo Dr. Pedro Santana Lopes, Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, Eng.º José Duarte Pereira, Presidente da Assembleia Municipal da Figueira da Foz, Dr.ª Olga Brás, Vereadora do Pelouro da Saúde na Câmara Municipal da Figueira da Foz, Dr.ª Clarisse Silva Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão, eleita em Assembleia Municipal representante das Freguesias do Município, Dr. Rui Pedro Vaz, representante da Administração Regional de Saúde do Centro, Dr.ª Ana Raquel Santos, Presidente do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, Dr.ª Sandrina Monteiro, Diretora Clínica dos Cuidados de Saúde Primários, Dr.ª Gil Tavares, representante das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Dr.ª Sara Moreno, representante da Segurança Social, Dr.ª Joana Cachorro, representante das associações da área da saúde.-----

O atual Regimento do Conselho Municipal de Saúde foi elaborado na reunião do Conselho Municipal de Saúde de 10 de fevereiro de 2020. Foi presente a reunião de Câmara de 14 de fevereiro 2020 e aprovado em Assembleia Municipal de 28/02/2020. Dado que o art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, ainda não foi alterado, foram apresentadas alterações ao Regimento em vigor.-----

Foi decidido na reunião que os membros do Conselho Municipal pudessem fazer chegar sugestões de alteração, documento a analisar em reunião posterior.-----

Foi feita uma pequena apresentação pelos serviços, onde foi apresentada a Estratégia Municipal de Saúde da Figueira da Foz, as transferências de competências para Município no domínio da Saúde ou de investimentos feitos pelo Município, a gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos cuidados de saúde primários, gestão dos trabalhos inseridos na carreira de Assistente Operacional das unidades funcionais dos agrupamentos de Centros de Saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde, a gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais dos agrupamentos de Centros de Saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde, entre outros encargos assumidos pelo Município.-----

Está a ser elaborada uma nova Estratégia Municipal de Saúde da Figueira da Foz,



com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra em parceria com a Universidade de Coimbra, com início dos trabalhos programados para abril de 2024 e que tem o prazo de execução de 370 dias.-----

Vai ser feita uma recolha de informação através de inquéritos às instalações dos Cuidados de Saúde Primária de 22 de abril a 15 de maio.-----

As competências transferidas nos termos do art.º 20.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro, consistem na participação no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos a novas Unidades de Prestação de Cuidados de Saúde Primários, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção, gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos Cuidados de Saúde Primários, gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de Assistente Operacional das unidades funcionais dos agrupamentos de Centros de Saúde que integram o Serviço Nacional de Saúde, gestão dos serviços de apoio logístico das unidades funcionais, parceria estratégica nos programas de prevenção da doença, com especial incidência na promoção de estilos de vida saudáveis e de envelhecimento ativos.-----

Nesta reunião foram apresentadas as unidades funcionais sujeitas a transferências de competências e o tipo de transferências.-----

Foram-nos, igualmente, apresentadas as várias candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência apresentadas pelo Município. Nomeadamente, o Município candidatou-se ao Aviso PRR n.º 17/C01/2023 para construir novas Unidades de Saúde com necessidades de energia primária, pelo menos inferior a 20%, para substituir por edifícios adequados as seguintes unidades de saúde: Unidade de Saúde Pública e Unidade de Saúde Familiar de São Julião, no valor total de 2.642.270,12 €; construção da Unidade de Saúde do Paião com o valor total orçamentado de 1.600.000,00 €; construção da Unidade de Saúde de Bom Sucesso com o orçamento total de 1.260.000,00 €; construção da Unidade de Saúde de Tavarede e construção da Unidade de Saúde de São Pedro.-----

Também se candidatou a outro Aviso do Plano de Recuperação e Resiliência para a remodelação do Centro de Saúde da Figueira da Foz e requalificação do Centro de Saúde de Maiorca.-----

Relativamente à gestão, manutenção e conservação de outros equipamentos afetos aos Cuidados de Saúde Primários, as técnicas da Divisão de Saúde informaram-nos que o Município recebe quase diariamente pedidos de reparações de diversas naturezas por parte das Unidades de Saúde e que estas intervenções têm sido feitas com recursos



do Município.-----

Necessidades como reparação, substituição nos edifícios, canos, infiltrações em telhados, vidros partidos, portas, casas de banho e operacionais nos equipamentos do sistema de ar-condicionado, extintores sem manutenção, inexistência de água quente para procedimentos de limpeza de equipamentos médicos.-----

Relativamente à gestão dos trabalhadores inseridos na carreira de Assistentes Operacionais, foram transferidos 11 Assistentes Operacionais, de modo a desempenharem funções nas Unidades de Saúde, seja a desempenhar funções de telefonista ou de motorista. E o Município afetou 1 Assistente Operacional para o desempenho de funções de motorista e contratou 3 Assistentes Operacionais para as Unidades de Saúde de Marinha das Ondas, Lavos e Santana, em 2023.-----

No que diz respeito à gestão do serviço de apoio logístico das Unidades, foi contratualizado o serviço de higiene e limpeza para as unidades dos Centros de Saúde da Figueira da Foz e Equipe Técnica Especializada de Tratamento da Figueira da Foz - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra de resposta integrada de Coimbra.-----

Foi contratualizado serviço de vigilância humano para o Centro de Saúde de Buarcos e Equipa de Tratamento da Figueira da Foz e foram realizados pelo Município arranjos exteriores conforme pedido das unidades de saúde.-----

Os encargos com o fornecimento da eletricidade das Unidades de Saúde foram assumidos a partir de maio de 2022, assim como o fornecimento de água e de gás natural, respetivamente em abril e dezembro de 2022.-----

Ao abrigo do Auto de Transferência passou para propriedade do Município uma viatura que necessitou de uma grande intervenção, estando, neste momento, a circular. Esta viatura assegura os serviços de longo curso, para os quais as viaturas elétricas não dispõem de autonomia, como por exemplo, serviço de farmácia e respetiva distribuição pelas Unidades de Saúde e entregas das amostras a nível de saúde ambiental.-----

O Município afetou à área da Saúde duas viaturas elétricas que são conduzidas pelos 2 Assistentes Operacionais com funções de motoristas, que asseguram todos os serviços de prestação de cuidados ao domicílio da Unidade de Saúde Familiar de São Julião até às equipas de saúde ambiental e saúde pública, apoio à equipa comunitária de cuidados paliativos, recolha e distribuição de material clínico e farmacêutico, como vacinas, citologia e outras amostras biológicas.-----

A prestação de cuidados de saúde do Município pelas equipas médicas e de enfermagem



de todas as Unidades de Saúde do Município tem sido assegurada desde 01 de dezembro de 2022, através de procedimentos por consulta prévia para aquisição de serviço de transporte de táxi. As necessidades apresentadas para efeitos de cálculo tiveram como base o plano de transporte para a prestação de cuidados de saúde remetido pelo Agrupamento de Centros de Saúde do Baixo Mondego.-----

Está a ser realizada a avaliação dos equipamentos de aquecimento, ventilação e ar-condicionado incluindo Sistema AVAC.-----

Dentro da disponibilidade técnica e de equipamentos do Município tem sido assegurada a manutenção dos sistemas e efetuadas pequenas reparações dos equipamentos para, assim, manter a sua operacionalidade, de salientar nas Unidades de Saúde das Alhadas, Lavos, Santana, Centro de Saúde de Buarcos e Unidade de Saúde da Cova-Gala.-----

No fim desta apresentação foram abordados vários assuntos, nomeadamente a falta de médicos e a contratação de médicos aposentados, que pode ser feito, mas que se torna muito difícil.-----

O último perfil do Diagnóstico Social foi feito em 02 de dezembro de 2019 e precisa de ser atualizado. O Covid e a população migrante vieram alterar esse perfil. Com a forte imigração a acontecer no nosso Concelho, em particular nas Freguesias, trouxe alguma preocupação no que diz respeito à vacinação, sobretudo nas crianças. Foi solicitado ao Município a possibilidade de parque de estacionamento não pago para os trabalhadores do Hospital que vão de barco, assim como o transporte até ao Hospital.-----

Por fim, foi apresentado um problema que tem vindo a acontecer na zona Sul nos dias em que a Ponte se encontra encerrada, que é o facto de não existir uma farmácia de serviço de noite para evitar que estes doentes sejam obrigados a fazer uma viagem longa pela autoestrada até à Cidade para comprar a medicação que, por vezes, deve ser feita ainda durante a noite.-----

A Vereadora assim como o Dr. Rui Pedro Vaz, representando a Administração Regional de Saúde do Centro, comprometeram-se a tentar encontrar uma solução em colaboração com as farmácias da zona Sul."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

E - TRADIÇÃO DO ARROZ DE ALQUEIDÃO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Clarisse Silva Oliveira.-----

CLARISSE SILVA OLIVEIRA: "Na Freguesia de Alqueidão, a cultura do arroz é mais do



que uma atividade agrícola, é uma parte essencial da identidade e da vida quotidiana da comunidade. Aqui, a tradição do cultivo do arroz remonta a gerações, passando de pais para filhos e é cuidadosamente preservada e celebrada.-----

Esse grão tão simples à primeira vista, na verdade enriquece as nossas mesas e as nossas vidas. Na nossa Freguesia o arroz não é apenas alimento, é cultura, é tradição e é União.-----

A temporada de cultivo do arroz marca o ritmo da vida na Freguesia. Desde o início da Primavera até ao Outono, os campos são preparados, as sementes são semeadas e cuidadosamente cultivadas, acompanhando os ciclos naturais da Terra.-----

Os agricultores em Alqueidão dominam técnicas ancestrais de cultivo adaptadas às características específicas da região. A escolha das variedades de arroz, sistemas de irrigação e os modos de colheita são todos influenciados pelo conhecimento acumulado ao longo dos anos e pelas condições únicas do terreno.-----

Ao longo dos anos, temos cultivado o arroz com dedicação e amor, honrando as técnicas antigas transmitidas de geração em geração. Cada semente plantada é um elo com o passado, uma conexão com os nossos antepassados que trabalharam arduamente nesta terra.-----

O arroz não só alimenta os nossos corpos, mas também fortalece os laços comunitários desde as sementeiras até a colheita, ao descasque e transformação feita na mais antiga indústria de arroz em Portugal, fundada em 1929 no Vale do Mondego, Ernesto Morgado, uma história de tradição familiar, mas também de constante modernização que tem levado Ernesto Morgado, a investir em novos desafios, onde o sabor de outros tempos e a inovação são apurados diariamente para produzir um arroz único. É um trabalho de equipa que une os membros da nossa Freguesia numa só missão - garantir que as nossas famílias tenham comida na mesa.-----

Mas o arroz vai além do simples sustento, é também símbolo de partilha e generosidade.-----

Nas nossas festas, cerimónias e celebrações o arroz é o ingrediente principal dos pratos que partilhamos com os nossos vizinhos, amigos e visitantes, criando memórias inesquecíveis e fortalecendo os laços de amizade.-----

Hoje honramos o arroz e todos aqueles que dedicam as suas vidas a cultivá-lo!---
Que possamos continuar a valorizar este presente da natureza e a cultivar não apenas arroz, mas também amor, união e respeito mútuo em toda a nossa Freguesia. Dito isto e depois ver as últimas notícias no Jornal «As Beiras», onde é anunciado que o Museu do Arroz deverá ser instalado na Quinta de Fôja e a criação do Centro



de Estudo e da Valorização do Arroz Carolino do Baixo Mondego em Maiorca, gostaria de saber o que levou a esta mudança de instalações, o que se pretende fazer para a valorização e desenvolvimento do nosso produto e se é pretendido envolver todas as freguesias produtoras.-----

Relembro que há cerca de 20 anos nos mandatos do Eng.º Duarte Silva, enquanto Presidente da Câmara Municipal e do Senhor José Manuel Alves, Presidente da Figueira Grande Turismo, se falava no Museu do Arroz na Quinta do Canal, Freguesia de Alqueidão, onde se pretendia requalificar a vacaria/pocilga desativadas para receber equipamentos hoteleiros e o edifício principal, que já foi um Mosteiro construído no século XVIII, seria convertido em Pousada.-----

Na altura, a Câmara Municipal pretendia até elaborar um Roteiro Turístico dando a conhecer algumas das referências culturais, históricas e arquitetónicas do Concelho, como o Convento de Seiça, o Mundo das Marés, a Rota do Salgado e do Arroz, entre outras, através de barco e por terra.-----

Gostaria de saber se é também essa a visão do Presidente da Câmara para a valorização do arroz.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Em relação à questão do arroz colocada pela Presidente da Junta de Freguesia do Alqueidão, eu quero dizer que tenho dito e mantenho que esse processo, a ir para diante, procurará ser participado pelas Freguesias mais ligadas a esta atividade.-----

Essa questão do Museu do Arroz em Fôja já foi falada entre nós todos e surge hoje no «Diário As Beiras» porque ontem o jornalista Jota Alves me perguntou quando é que andava e onde ficaria o Museu do Arroz.-----

De facto, disse que essa é uma das hipóteses. Não há nenhuma decisão final. Vamos ver, como em relação ao Centro de Estudo do Arroz, como em relação à outra unidade. E a ideia é ser partilhada entre as Freguesias que têm mais a ver com a esta atividade, nem de outro modo poderia ser.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

F – BRIGADAS PARA CORTAR SEBES E LIMPAR VALETAS NAS FREGUESIAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Clarisse Silva Oliveira.-----

CLARISSE SILVA OLIVEIRA: “Fui surpreendida a semana passada pela Eng.ª Elisabete que me ligou e informou que a Brigada que costuma ir para as Freguesias fazer algumas obras que estas não conseguem fazer - cortar sebes e limpar valetas - não



viria para a minha Freguesia.-----
Pensei que não viesse só para a minha Freguesia, mas foi-me dito que, provavelmente, as Brigadas iriam acabar durante um tempo porque não tinham pessoal suficiente.-
Portanto, gostaria de saber se realmente essas Brigadas vão acabar, o que é que vai acontecer e se vão falar connosco, Presidentes de Junta de Freguesia, sobre esse assunto."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: "Os exemplos que posso dar corroborando a intervenção da deputada municipal e Presidente de Junta, Clarisse Silva Oliveira.-----

Na sexta-feira, a Brigada da Câmara terminou o seu trabalho de duas semanas na Freguesia. Apareceu uma máquina, uma retroescavadeira, num dia durante quinze dias. Houve um dia que só apareceu um funcionário. De resto, o corta sebes não apareceu, por isso mesmo, sabemos o que nos espera.-----

O que é que nós esperamos destas Brigadas que são o único balão de oxigénio que as Freguesias têm para fazer alguma coisa? "-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Vereador Ricardo Pedrosa Silva, com a anuência do Presidente da Câmara Municipal.-----

VEREADOR RICARDO PEDROSA SILVA: "A questão das Brigadas é que como todos sabem, foram criadas há cerca de oito anos, os funcionários já têm uma elevada idade, e existem muitos funcionários de baixa, como tem acontecido agora nos últimos tempos. O próprio equipamento do Parque de Máquinas e Viaturas também avaria muito, porque muitos deles, cerca de 90%, foram adquiridos há muito tempo e o corta sebes também tem estado avariado com frequência.-----

Há uma situação que nós temos de preparar, a época balnear, a começar em Quiaios e a acabar na Marinha das Ondas, pelo que neste período tem de se reorientar o serviço para essas praias.-----

Temos uma Brigada de quatro homens a tapar os buracos da Zona Industrial porque temos a Zona Industrial cheia de buracos.-----

Por isso, tivemos de reorientar a equipa porque não se pode ter uma Zona Industrial no estado em que ela tem estado nos últimos anos. Quando isto terminar, volta-se ao plano que estava estipulado."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

G - CONSTRANGIMENTOS DECORRENTES DAS OBRAS NA PONTE EDGAR CARDOSO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Célia Silva Morais.-



CÉLIA SILVA MORAIS: "Os figueirenses veem-se hoje presos num conjunto de circunstâncias limitantes que nos transportam para as décadas em que o país vivia em imóvel, mas ainda assim, o transporte de burro ou a cavalo era mais motivador.-----

Apesar do desenvolvimento sagaz da técnica e da especialização, vemos a Figueira da Foz impor aos que utilizam a rede viária para com o seu trabalho desempenhar funções e desenvolver a economia, uma franca incapacidade nos transportes nos simples trajetos casa - trabalho e trabalho - casa.-----

Após o início das obras na Ponte Edgar Cardoso, os seus utilizadores começaram a sentir atrasos, foram ajustando horários quando permitido, foram justificando e tiveram esperança que a travessia de barco permitisse responder às necessidades. Mas não!-----

A travessia da Ponte é uma aventura diária. Não há regulação nem sinalização que eduque os condutores e espera-se que todos tenham civilidade para obedecer às prioridades.-----

Mas não, há um permanente confronto entre os que aguardam e que passam, agressores com facilidade e os que por todos os meios tentam contornar aqueles que aguardam, incentivando o caos.-----

A ocorrência frequente de acidentes que, apesar da resposta capaz das entidades que socorrem e regulam sozinhas, se têm mostrado ineficazes no retorno à normalidade, perpetuando os problemas por horas.-----

A ausência de sinalização ou indicações sobre as ocorrências, a limitação e consequente previsibilidade do tempo de resolução para os que acorrem aos acessos à Ponte, a ausência de alternativas viárias e fluviais que permitam respeitar a necessidade de movimento dos cidadãos, a gestão familiar e escolar compatível com tais alternativas e com a premente necessidade de redução do consumo de combustíveis, claramente afetada desde o início das obras, das quais seria interessante vermos o Município realizar um estudo sobre a matéria.-----

Os Figueirenses merecem mais!-----

Sugerimos que a Câmara Municipal reúna com urgência, se ainda não o fez, com as diversas entidades empregadoras dos diferentes setores afetados pelo problema para identificarem soluções e implementá-las com urgência, dada a também próxima abertura da época balnear, no sentido de promover a maior capacidade de resposta do barco ou barcos.-----

Os horários devem ser compatíveis com pais, avós ou outros trabalhadores que, ao



mesmo tempo que têm de levar os alunos à escola - por exemplo, quando os alunos entram às 8,30 horas numa escola na Figueira da Foz, os encarregados de educação que trabalham a Sul do Concelho e entram às 9,00 horas não veem no barco uma resposta alternativa e têm de ir de carro obrigatoriamente.-----

A locação de áreas de estacionamento específicas ou isentas para aqueles que recorrem ao transporte fluvial, mesmo que em alternativa se preveja o pagamento de uma taxa que inclua o estacionamento e o transporte. Será seguramente inferior ao combustível hoje despendido e ambientalmente mais proveitoso.-----

A criação de transporte subsequente para as pessoas após a chegada à zona Sul. Nem todas as pessoas apresentam condições de mobilidade que lhes permitam percorrer a distância desde o barco até ao local de trabalho, o que as limita ainda mais.---

A isenção de portagens não apenas no período noturno, mas em particular, quando existem bloqueios na Ponte, qualquer que seja o horário em que o bloqueio acontece. A sinalização eficaz dos bloqueios, por exemplo, com recurso a painéis digitais, para permitir aos diversos condutores e em tempo útil a adoção de alternativas sem que fiquem bloqueados em filas que não podem contornar.-----

Por último, a impossibilidade de circular a pé na Ponte continua por identificar de forma eficaz. O volume de peregrinos que já é muito, vai aumentar e também para estes importa arranjar alternativas, porque o risco de acidente existe e importa saber que a responsabilidade civil associada em caso de lesão por falta de informação não é do acidentado."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A este propósito, não posso deixar de referir também o que se passa aqui na Ponte que a deputada municipal Célia Silva Morais abordou.-----

Agora que mudou o Governo, a Ponte passou a ter uma data de problemas, enquanto o Governo era outro não faziam falta nem painéis digitais, nem havia esperas de uns carros pelos outros. Estava tudo a correr bem.-----

Mudou o Governo, agora é uma data de problemas na Ponte!!!-----

Tem razão em relação aos transportes e à ligação do outro lado do Rio.-----

Eu diria que os transportes entre as duas margens estão a superar as expectativas. Não quero deixar de chamar a atenção que até agora têm sido grátis, mas não vão poder continuar a ser sempre.-----

É algo que eu acho que não acontecerá em mais nenhum Concelho, mas têm sido uma forma também de incitamento a que as pessoas os usem, quer as pessoas de cá, quer os turistas que nos visitam, nacionais e estrangeiros, têm usado bastante.-----



Mas como diz a deputada municipal Célia Silva Morais, e com razão, faz falta a ligação entre o cais de lá e o Hospital, por um lado, e a Zona Industrial, por outro, mas principalmente, o Hospital.-----

Portanto, estamos a trabalhar para colocar muito rapidamente um transporte daquele lado, porque têm toda a razão nesse ponto.-----

A esse propósito, como nós não gostamos de nos conformar ou resignar e como a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra tem demorado naquele processo dos transportes, aproveito para anunciar que começa a funcionar agora no mês de maio a Linha Circular Urbana na Figueira da Foz, entre o atual Terminal Rodoviário, Tavadrede, Buarcos e irá duas vezes por dia ao Cabo Mondego e à zona dos Vais.---
Portanto, hora a hora, haverá circulação pelas zonas comerciais, Bairro Novo, ao pé do Parque Municipal de Campismo nas superfícies comerciais, para termos aquilo que é normal em qualquer cidade digna desse nome, que é um transporte urbano na própria Cidade.-----

Tem sido um processo trabalhoso. É evidente que isto numa primeira fase terá uma componente experimental. Procuraremos adequar quer os trajetos, quer os horários àquilo que a experiência vier a verificar.-----

Sobre o processo dos Transportes da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra eu não quero deixar de dizer aos senhores deputados que há um novo concurso vencido por uma empresa Israelita. Julgo que está agora no Tribunal de Contas.-----

Este serviço será feito ainda com o atual adjudicatário, mas nós dissemos claramente à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra que se o atual adjudicatário ou o novo não providenciarem este serviço, a Câmara tratará de o fazer.-----

Há uma questão que se coloca com a possibilidade de intervenção da Câmara nesta matéria até à ligação do lado lá, que é a questão dos alvarás, mas que é solúvel. Como é sabido, está hoje aqui na Assembleia uma proposta de alteração da estrutura orgânica para criar um serviço no Município, uma Divisão que trate expressamente desta área da mobilidade e dos transportes, que mereceu o acolhimento unânime em reunião de Câmara.-----

E esperamos aqui com este contributo dar esse salto e o transporte do lado lá aparecerá.-----

Depois, a questão do tipo de energia dos transportes, ou seja, nós estamos a trabalhar para que todos eles sejam movidos a energia elétrica.-----

Há problemas também no concurso do acesso ao Fundo Ambiental desta matéria porque,



de facto, a Câmara não tem alvará e por outras razões formais. Estamos a trabalhar para tentar resolver todas.-----

Uma coisa é certa - a Figueira da Foz, como já falámos em Assembleia Municipal anterior, passa a ter um sistema de transportes eficaz e agora também o flexível, aquele dos táxis.-----

Aparece aí agora uma inovação tecnológica de transporte para os substituir ou então teria de ser o Município a avançar. E eu fiz um «ultimato» à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Eles vieram cá reunir connosco, com o Professor Alfredo Costa da Universidade do Porto, e cumpriram o prazo previsto connosco para esta carreira circular.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

H - BIOADVANCE

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “A Figueira da Foz deve o seu nome em grande parte ao nosso Rio Mondego. Todos temos a noção e sobretudo, os Vilaverdenses, de que os seus últimos quilómetros pura e simplesmente ficaram de costas voltadas para esse mesmo Rio a que todos nós temos direito de usufruir e, sobretudo, de o admirar como um dos maiores rios: é o maior Rio nascido em Portugal.-----

Os executivos das últimas décadas, todos eles tiveram sempre projetos. Temos a consciência que a situação económica para o Concelho é importante, mas a Freguesia de Vila Verde, em especial, tem sido prejudicada por praticamente todos estes projetos.-----

O último deles, que não é responsabilidade deste executivo da Câmara Municipal, é a empresa Bioadvance, que sabemos ser um dos melhores investimentos no Concelho. É importante esse investimento no Concelho, mas de facto, é mais uma unidade com que a Freguesia foi premiada e mais uma vez nos retira aquilo a que temos direito, que é o Rio Mondego.-----

Perante isto, eu gostava que o Presidente da Câmara Municipal nos desse, enfim, uma explicação. Porque é que a Câmara Municipal classificou esta empresa de «interesse municipal» e isentou a mesma em 50% das taxas?-----

E faço esta pergunta porque a Freguesia de Vila Verde, neste momento, sente-se um bocadinho no esquecimento por parte da Câmara.-----

É natural que o Presidente da Câmara vai dizer que já se fizeram algumas pavimentações, duas pavimentações, a terceira está em curso e esperamos que se vá



fazer a quarta, mas isso mesmo é uma obrigação da Câmara Municipal para manter as vias rodoviárias pelos impostos que nós todos pagamos.-----
Quanto ao resto, a Freguesia de Vila Verde sente-se no esquecimento.-----
Gostaria que nos desse essa explicação, até porque os Vilaverdenses não compreendem como é que para um privado se dá isenção de taxas e na Freguesia se investe muito pouco.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

I – TEMPOS DE INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “Agora, que o Partido Socialista ficou sem voz vê o que é a ditadura do tempo de que eu tanto falo nesta Assembleia. Espero que aprendam!-

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

J – COMPORTAS DE VALE DO PRANTO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: “A não reconstrução das Comportas do Vale do Pranto origina que as águas salgadas se infiltrem nos campos, o que afeta gravemente a produção do arroz no Vale do Pranto.-----

Já houve várias reuniões. Foi dito que o projeto para as Comportas da Maria da Mata estava concluído e aprovado e que iriam ser feitas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro as candidaturas para as obras a realizar, previstas para se iniciarem este mês, que, como sabemos, acaba hoje.-----
Nada está feito nem se vislumbra quando será feito.-----

Assim, pergunto ao Presidente da Câmara se nos pode dar alguma informação e quais têm sido as diligências efetuadas pelo Município no sentido de pressionar quem tem obrigação de realizar esta obra para que o faça?”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Já agora e para além da ata e das intervenções exaustivas feitas pela Presidente da Junta de Alqueidão, tenho pena que não tenha aproveitado para referir as reuniões que teve, com o seu voluntarismo, sobre a questão da água salgada e das comportas, levantada pelo deputado municipal, Manuel Rascão Marques. A Presidente da Junta Alqueidão ainda há uma semana ou duas, teve uma reunião em Coimbra, tal como já tinha tido com o Governo anterior várias reuniões, e com o Secretário de Estado, e havia uma promessa de intervenção e solução nesta matéria. E falamos disso no almoço que tivemos há cerca de duas semanas, na posição da Agência Portuguesa do Ambiente, que tem sido uma posição algo negacionista em



relação a esta invasão da água salgada nos campos de arroz.-----
E, portanto, a matéria anda entre estas entidades. Chegou a haver uma visita de um deputado europeu, julgo que do Partido Comunista Português, ainda no mandato do Governo anterior. O processo estava nalgum desenvolvimento e, entretanto, deu-se a queda do Governo. E agora temos este Governo em funções há cerca de duas semanas.-----

Portanto, há umas entidades da administração central que negam, outras confirmam, mas estamos naturalmente a acompanhar sempre a matéria, mas com uma intervenção muito firme e forte a Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão, que têm furado várias barreiras neste ponto."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

K – SUSPENSÃO DE CIRURGIAS DE CARCINOMA DA MAMA NO HOSPITAL DISTRITAL DA FIGUEIRA DA FOZ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Na sequência da deliberação da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde, que determina a suspensão das cirurgias do carcinoma da mama no Hospital Distrital da Figueira da Foz, obrigando as mulheres a deslocarem-se para Aveiro ou Coimbra, não podemos deixar de lamentar que um Hospital que tem um serviço de excelência nesta área, como é o caso da Figueira da Foz, com um impacto muito positivo no que se refere aos tempos e qualidade de resposta, leva a que os utentes tenham de se deslocar para outros hospitais que não têm estas valências. Esta é mais uma das valências a suceder que o Hospital Distrital da Figueira da Foz perde.-----

Sempre falamos da importância, da proximidade e da equidade no acesso à saúde. Não é aceitável que só se veja a saúde pelo prisma da estatística.-----

Assim questiono: como é que o Município tem acompanhado esta questão? E que diligências efetuaram no sentido de se tentar evitar a perda de mais uma valência?

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás com a anuência do Presidente da Câmara Municipal.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "Relativamente à questão colocada pelo deputado municipal, Manuel Rascão Marques, sobre a suspensão de cirurgias do carcinoma da mama, mal este executivo soube desta condição oficiou, por via formal, à Administração do Hospital Distrital da Figueira da Foz e outras entidades relativamente a esta situação.-----

O que nos foi respondido foi que, efetivamente, devido à questão da lei que



comporta este tipo de cirurgias, um cirurgião para ter o estado da arte, ou seja, a mão cirúrgica, tem de ter 100 horas de cirurgia anualmente.-----
E, portanto, esta equipa, pese embora a sua categoria, que são efetivamente cirurgiões de grande nível, só fazem 40 horas desta cirurgia.-----
Então, foi proposto à tutela e a quem decide que esta equipa fizesse as 40 horas desta cirurgia no Hospital Distrital da Figueira da Foz e as 60 horas remanescentes para totalizar as 100 horas, no Instituto Português de Oncologia, fazendo-se aqui a ponte entre o Hospital e o Instituto Português de Oncologia de Coimbra.-----
Portanto, estamos a trabalhar conjuntamente com o Hospital Distrital da Figueira da Foz e muito em breve irá ser avaliado e esperamos reverter esta situação no menor curto espaço de tempo."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

L - ERSUC - RESÍDUOS SÓLIDOS DO CENTRO, S.A.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Quero saudar a posição assumida pela Vice-Presidente ao demitir-se da Presidência da Assembleia Geral da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. pelos motivos invocados e gostava de saber se o Município da Figueira da Foz vai acompanhar a ação judicial anunciada nos órgãos da comunicação social."

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Em relação à ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro e à ação judicial, eu, concretamente, insurgi-me contra o aumento das taxas e propus que os municípios todos não pagassem. Recusaram!-----

Mudou o Governo e na última reunião, eu já falei disso aqui na Assembleia Municipal, em Montemor-o-Velho, o Presidente da Câmara de Condeixa disse «Temos de nos levantar contra estas taxas, temos de o fazer todos, se calhar o melhor é não pagarmos».-----

Eu respondi «Desculpe lá, durante estes meses que a Câmara da Figueira da Foz não pagou os senhores olharam para o lado. Então, agora mudou o Governo, e já querem deixar de pagar?». Ele riu-se e vários outros Presidentes também se riram, como é natural.-----

Eu não sei fazer política dessa maneira, ou seja, a minha atuação era a mesma na altura e é a mesma agora. Fui eu que insisti para que se interpusesse uma ação judicial ou uma providência cautelar. E continua a ser o Município da Figueira da Foz o principal instigador da ação nesta matéria, porque senão, ninguém reagia.-
Já agora deputado municipal Manuel Rascão Marques, eu gosto muito que elogiem a



Vice-Presidente e não tenho ciúmes dela, mas ela demitiu-se a minha solicitação, mas também era a posição dela.-----

Porque não concordei que ela tivesse sido eleita dois dias antes, como ela sabe, e foi eleita. Já disse ao Presidente da Câmara da Mealhada na altura, disse-lhe em Coimbra, que a Câmara da Figueira da Foz não queria estar metida nessa embrulhada.-----

Portanto, por mim, a Vice-Presidente não entrava. E quando a Vice-Presidente vai à Assembleia Geral e viu o que se passava em matéria de distribuição de dividendos, a pedido do acionista privado principal, teve a reação instintiva de dizer «Eu aqui não fico»!-----

E quando ela chegou à Câmara eu vinha da reunião da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro e disse «Olhe, acho que vai ter de sair da Presidência da Mesa» e ela adiantou-me que também já tinha tomado essa decisão.-----

Portanto, é uma opção partilhada e vivida por todo o executivo, porque não aceitamos esta decisão absolutamente draconiana da entidade reguladora. É uma coisa que passa todas as marcas e aquela posição de que devemos imputar aos munícipes os custos daquilo que se tem verificado na sequência do pedido de reequilíbrio económico da empresa, que é o que está aqui em causa.-----

Ou seja, a empresa privada quer-se reequilibrar e os municípios ou os munícipes pagam a fatura.-----

Acho ser algo que vai ter desenvolvimentos naturalmente nesta legislatura.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Os problemas da ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro eu já sei o que é que me vão responder, mas nós sabemos qual é o pecado original desses mesmos problemas.-----

Dir-me-á o Presidente da Câmara «pois, mas depois os governos do Partido Socialista não reverteram a privatização da Empresa Geral de Fomento», mas é sempre mais difícil, muito mais difícil renacionalizar do que privatizar e na altura o Governo tinha uma alternativa boa.-----

Havia vários municípios, a bem dizer aqui só a Mealhada é que o concretizou, que estavam interessados em ficar com uma parte da participação da Empresa Geral de Fomento.-----

Não houve mais a executar isso porque os municípios só podiam ficar com participações que já eram dos municípios, e não com a participação da Empresa Geral de Fomento.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Senhor deputado municipal José Fernando Correia, sabe o sarilho em que se meteu município da Mealhada?-----

Eu estou de acordo com a primeira parte, é mais fácil não privatizar do que renacionalizar. E vê-se isso em várias empresas que estão por aí e são faladas. Aliás, há bocado, falaram nos Correios de Portugal.-----

Mas a Mealhada tem um sarilho entre mãos à conta do investimento que fez. Não é? Dois milhões em ações! O processo não foi nesse sentido e podia ter sido pilotado nesse sentido."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

M - CAMPO DE JOGOS EM QUIAIOS COM O NOME DE PEDRO SANTANA LOPES

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Este campo, sito na Praia de Quiaios, na situação em que está não dignifica o seu nome, Senhor Presidente.-----

Está previsto o seu melhoramento? Ou caso não havendo verba para tal, porque não se encontra uma solução com a Junta de Freguesia e com os comerciantes instalados junto ao mesmo?-----

Este campo tem utilização e, se fosse melhorado, poderia ter muito mais utilização com os benefícios inerentes."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

N - COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO «25 DE ABRIL»

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Não podia terminar esta intervenção sem saudar a Mesa da Assembleia Municipal e a Conferência de Líderes pela cooperação, capacidade de entendimento e colaboração na realização das comemorações dos 50 anos do «25 de Abril» e uma palavra também de agradecimento e de apreço à D. Helena."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

O - AERÓDROMO MUNICIPAL

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Gonçalo Andrade Oliveira.-----

GONÇALO ANDRADE OLIVEIRA: "O Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira congratula o executivo municipal pelo avanço no processo do Aeródromo Municipal.

O Aeródromo terá um impulso significativo no desenvolvimento económico do Concelho. Uma infraestrutura aeroportuária adequada torna a Cidade mais acessível para negócios e para quem nos visita.-----



A preparação do território através da alteração do Plano Diretor Municipal e a conceção do projeto aeroportuário são dois exercícios formais necessários aos olhos de quem investe.-----

É assim que se atraem investimentos!-----

Aliás, já existe também uma empresa de formação de pilotos e drones, que pretende instalar-se no Aeródromo. Seguir-se-á, certamente, um hangar para manutenção e estacionamento.-----

Na última campanha autárquica, o Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e o Presidente da Câmara prometeram aos figueirenses que iríamos fazer da Figueira a Primeira e iríamos fazer da nossa Cidade uma cidade liderante.-----

Estamos a cumprir o que prometemos à nossa população!"-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

P - PAÇO DE MAIORCA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Gostaria agora de passar um Powerpoint sobre o Paço de Maiorca.-----

Foi no dia 28 de abril do ano passado que pedi para retirar da agenda da Ordem de Trabalhos a proposta da Hasta Pública do Paço de Maiorca e gostava de dar conta à Assembleia Municipal de tudo o que foi feito desde então para o caminho que consideramos mais adequado.-----

Mesmo que o executivo tenha competência para estas decisões, é uma questão de respeito para com a Assembleia, porque teve agendada a hipótese de alienação e eu pedi para retirar.-----

Portanto, por essas razões e pelo dever de informação, acho que devemos falar disto rapidamente.-----

Este era o interior - neste momento, esta situação já está mais ultrapassada com a retirada de todos os móveis da obra de 2010/2011.-----

Os aparelhos de ar-condicionado que estavam no hall de entrada foram removidos e guardados. Se entrarem no Paço de Maiorca verão que a limpeza foi feita e já está numa situação completamente diferente.-----

Na cronologia dos factos, que até para mim é difícil, a 25 de abril veio a reunião extraordinária de Câmara, a 28 de abril veio à Assembleia Municipal e foi retirada a proposta da Hasta Pública.-----

Em 31 de julho de 2023, foi solicitado um relatório à Divisão de Estudos e Projetos sobre a manutenção relativa à construção civil a levar a cabo no imóvel do Paço



de Maiorca.-----

Até 07 de agosto, foi solicitado o levantamento in loco com os engenheiros da Divisão de Estudos e Projetos e a parte eletrotécnica da Divisão de Logística.--

A 04 de agosto, o início dos trabalhos de limpeza e remoção de matos, silvados e infestantes, tendo-se iniciado, simultaneamente, os trabalhos de limpeza dos jardins adjacentes ao Paço de Maiorca.-----

A 18 de novembro de 2023, foi a visita ao Paço Maiorca com os membros do executivo, tendo sido convidados todos os deputados municipais. O Presidente da Assembleia esteve presente e também dirigentes e Presidentes de Junta de Freguesia para, em conjunto, refletirmos e ponderarmos sobre a finalidade a dar ao conjunto, ou àquele sítio e edifício.-----

Em novembro de 2023, pedimos a deslocação ao Paço de Maiorca da equipa responsável pela obra, Eng.º João Barreto, responsável pela fiscalização da obra em 2010/2011 e Eng.º Paulo Fernandes, projetista da parte estrutural.-----

Estivemos lá, eu, a Vice-Presidente e mais algumas pessoas da Câmara para fazer o report, principalmente, em relação à questão da sustentabilidade do edifício.---

Porquê? Uma questão era vender em Hasta Pública e passar a responsabilidade para privados, com o acompanhamento permanente da situação do edifício até à transmissão de propriedade por parte do Município, outra coisa é desistirmos da alienação, não pormos a hipótese do Programa Revive e ser a responsabilidade da parte do Município. Aí, a questão da sustentabilidade e da segurança do edifício ganhava outra dimensão.-----

Por isso, pedimos em dezembro, o trabalho do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, que se deslocou, fez a avaliação preliminar relativa à estrutura do edifício e condições de segurança e o acompanhamento em permanência por parte de uma equipa do Município que assegura constantemente a segurança, higiene e salubridade do edifício, naturalmente com a participação dos Bombeiros Sapadores.-----

Por indicação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil procede-se todos os dias ao seu arejamento por forma a garantir a redução do grau de humidade que se encontra no mesmo.-----

Também em fevereiro de 2024, estiveram os técnicos da Divisão do Ambiente para elaborar uma avaliação fitossanitária, nomeadamente, a algumas árvores que apresentam perigo ou que estão, enfim, no seu fim ciclo.-----

Em 19 de fevereiro 2024 iniciou-se um estudo prévio da transferência da sede da Junta de Freguesia de Maiorca para o edifício ao lado do Paço de Maiorca, perto



do edifício do Palácio Conselheiro Branco.-----

Em 02 de fevereiro de 2024, foi adjudicado à empresa Buildgest a prestação de serviços para o diagnóstico ao edifício do Paço de Maiorca, às suas estruturas e ao nível de conservação.-----

Em março de 2024, elaboração da proposta de desenho urbano para loteamento de moradias nos jardins do Paço de Maiorca, previsto no Plano Diretor Municipal.---

Em 08 de abril de 2024, foi recebido o relatório técnico da empresa Buildgest e houve lá a reunião com elementos da Divisão de Cultura para apresentação da planta prevista para a concretização do projeto cultural.-----

Qual é a ideia? O futuro deste espaço é partilhado entre o Município, a Junta de Freguesia no espaço imediatamente contíguo, a comunidade privada que porventura venha a morar nos 12 hectares das casas previstas no Plano Diretor Municipal e manter a Casa Museu visitável.-----

Onde era o piso dos quartos, andar de baixo, a cave tem condições adequadas para a instalação de arquivos históricos e onde era o piso dos quartos, o -1 se quiserem, a ser completada a obra, vão ficar com casas de banho para instalação de gabinetes dos funcionários do Município que trabalham na área do arquivo fotográfico, do arquivo histórico e do arquivo documental.-----

Portanto, entre o arquivo, as visitas ao Museu na parte patrimonial, o trabalho da Junta de Freguesia, a vivência pela Comunidade e a parte privada, haver esta corresponsabilização.-----

Ainda estes dias tenho visto as pessoas a debitar sentenças sobre o Paço de Maiorca - que era muito bom aquilo ser vivido todos os dias pela comunidade para as suas festas e celebrações.-----

Pois muito bem, mas durante 11 anos ninguém lá quis fazer festas, nem celebrações e o Paço de Maiorca ficou no ponto em que ficou!-----

Aliás, esta ideia, que eu confesso não ser de nenhum de nós, está ali a Diretora do Departamento de Cultura e Turismo, esta transferência de serviços já a tínhamos admitido, mas não destes em concreto.-----

Isto permitirá poupar muito dinheiro de investimento.-----

Estive com o Presidente do Instituto de Turismo na semana passada para aprovar o Plano de Obras do Jogo para este ano. E conversamos sobre isso, e ele perguntou-nos sobre isso.-----

Estamos também a tentar trabalhar na reversão da cedência desta Casa da Direção-Geral de Florestas do Plano Revive. Necessita de uma alteração de um diploma que



está no anexo de um outro diploma, mas ele perguntou, porque já se tinha esquecido, quantos quartos tinha o Paço de Maiorca previsto e nós dissemos 36.-----
Mas a questão é que a solução de fazer novos consórcios com privados, construir mais quartos, de arriscar no desenvolvimento de um projeto depois de tudo o que aconteceu da parte deste executivo, de facto, não nos parece o caminho adequado. Este caminho em que continua com uma responsabilidade de propriedade do Município, mas é partilhado muito pela população local, pelos seus órgãos representativos, como o edifício em frente, eu chamo-lhe o Celeiro, mas não é esse o nome dele e que deve servir estilo de Cafetaria para complementar o conjunto.-----
No outro dia, as senhoras da Confraria do Arroz de Maiorca vieram pedir também se podiam ir para lá. Os escuteiros também querem ir. Enfim, utilizações não faltam, mas a questão é ser uma responsabilidade coletiva dos vários setores da sociedade para nunca mais poder acontecer, venha quem vier depois de nós todos, que aquilo fique outra vez mais 11 anos ou mais 20 anos com as pessoas esquecidas.-----
Não é só cá neste Concelho que aconteceu, tem acontecido um pouco por vários sítios do país. Vejam aqui no Concelho ao lado o Mosteiro de Verride, privado, não privado e vejam onde ele foi parar.-----
Portanto, nós temos de ir por este caminho, dar os braços e coletivamente, assegurarmos o futuro deste sítio.-----
Há avisos que saíram que permitem o financiamento da intervenção que ainda tem de ser feita. Por exemplo, a estimativa para a instalação dos serviços da Junta de Freguesia é de cerca de 300.000 euros, que é naquele espaço, como digo logo do lado do Palácio Conselheiro Branco. Mal passa a fonte é logo essa primeira ala ali daquele conjunto, onde estive em tempos, há 20 anos, o Gabinete Técnico Local do Ministério do Planeamento.-----
E, portanto, com esta solução que não inclui o Palácio Conselheiro Branco, que é uma coisa à parte, acho que podemos ficar mais descansados, poupar e defender o património que está à nossa guarda."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

Q - APOIO ÀS PESSOAS IDOSAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "No dia 29 de setembro de 2023, fiz aqui nesta Assembleia Municipal uma intervenção em forma de apelo, a que o Presidente da Câmara se mostrou muito sensível, sobre a problemática das pessoas idosas, o seu isolamento, solidão, as suas dificuldades em variadíssimos aspetos das suas vidas, etc.-----



Na altura e agora reitero que é preciso mudar o paradigma referente ao modo como lidamos/cuidamos dos nossos idosos. Referi que há belíssimos exemplos nalguns locais do nosso país, onde é levado conforto, visitas regulares e auxílio a esta camada da população.-----

Sugeri a criação de uma Bolsa de Voluntariado para a compra de bens de consumo, levantar receitas, marcar consultas, ir comprar medicamentos, transporte e, eventualmente, visitas de conforto, etc.-----

Gostava, agora, de saber o que se está a fazer neste sentido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Deputada municipal Isabel Guardão Tavares, o tema que levantou, merece a minha reação e sensibilidade.-----

Tenho aqui as datas dos passeios Figueira Sénior, algo que fazemos questão que continue. Nos meses de julho irão dia 2, 4, 9, 15, 18 e 24, em agosto, dias 6, 8 e 21 e em setembro ainda não está marcado. Isto também tem muito a ver com as enormes batalhas em torno dos autocarros e da disponibilidade dos autocarros.---

Foi realizado a 21 de março um espetáculo «Primavera com Alegria», dirigido exclusivamente a portadores do cartão Figueira Sénior e membros do Conselho Local de Cidadãos de Coimbra DAPM Portugal.-----

Foi promovido por nós, em parceria com a Universidade Sénior e com a Rede Europeia Anti Pobreza, realizado por seniores e dirigido a seniores com objetivo de demonstrar a valorização desta faixa geracional e incentivar o seu papel na sociedade.-----

Esse espetáculo vai ser repetido agora para a semana, a 16 de maio, dado o significativo aumento de adesão ao cartão Figueira Sénior. Neste momento, temos 505 munícipes.-----

Estão previstas também iniciativas para assinalar a efeméride do Dia dos Avós a 26 de julho, tentando-se retomar a realização da Gala Sénior em dezembro, pela altura do Natal.-----

Ou seja, alguns dos que aqui estamos podemos ir a esta Gala também em dezembro. - Se a deputada municipal Isabel Guardão Tavares me perguntar se chega, dir-lhe-ei que não!-----

É preciso mais e muito mais. É porque essa página geracional precisa de exercícios, de se distrair, entretenimento e de se aliviar desta pressão, deste tempo que vivemos, deste mundo tão complicado.-----

Portanto, estamos a dar passos, mas ainda não satisfeitos com isto.”-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Isabel Guardão Tavares.

ISABEL GUARDÃO TAVARES: "Agradeço muito as suas explicações senhor Presidente da Câmara, mas essas viagens já existiam.-----

Eu fui Tesoureira na Junta de Freguesia daqui da Figueira da Foz e já fazíamos essas viagens.-----

Eu ia mais além, eu estou a dizer nas dificuldades, muitos vivem sozinhos, isolados a precisar de auxílio na compra dos alimentos, medicamentos, marcação de consultas, enfim, era a isso que me referia.-----

Muitos estão sós, vivem sós, não têm ninguém e enfrentam variadíssimos problemas que ultrapassam em muito os passeios e viagens. Às viagens vão os que ainda se conseguem mexer bem, que ainda dançam e riem, e fartam-se de bater palmas nas camionetes."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Olga Pedrosa Brás, com a prévia anuência do Presidente da Câmara.-----

VEREADORA OLGA PEDROSA BRÁS: "É pertinente o que a deputada municipal Isabel Guardão Tavares acaba de referenciar.-----

Eu só queria dar aqui uma nota no âmbito do Serviço de Acompanhamento da Ação Social. Nós temos Assistentes Sociais, numa primeira linha, dispersos por todas as Juntas de Freguesia e, numa segunda linha, psicólogos para tratar até da saúde mental de algumas pessoas que necessitem e sejam devidamente sinalizadas pelos Assistentes Sociais.-----

E depois, temos os Animadores Socioeducativos ou Socioculturais que fazem muito deste trabalho que foi sugerido pela deputada.-----

Já temos este serviço há quase um ano e, agora, podemos fazer uma avaliação. Numa primeira fase, tínhamos cerca de 97 beneficiários e neste momento, no último ano, estamos a apoiar 657 agregados nesta dimensão.-----

Obviamente, é um programa que não é só direcionado para a população sénior e abrange toda a população com alguma vulnerabilidade.-----

Queremos fazer mais. O caminho está a ser trilhado.-----

Além disso, este executivo candidatou-se e viu aprovado o Radar Social que é um programa de georreferenciação e tem uma equipa praticamente criada para fazer a sinalização desta população em situação de vulnerabilidade e tem mais 6.666 euros para o Conselho Local de Desenvolvimento Social, onde um dos eixos a trabalhar é, efetivamente, o envelhecimento ativo.-----

Estamos à espera neste momento das Guidelines do Instituto de Segurança Social



para desenvolver o nosso plano. Isto vai de encontro às preocupações expressas pela deputada municipal Isabel Guardão Tavares. Muito obrigada pelo seu contributo, mas, efetivamente, este executivo está a trabalhar ativamente para dar respostas. Já, agora, falava aqui também no Programa Figueira + Saúde para esta idade. Algumas pessoas inscreveram-se e, portanto, têm a possibilidade de ter médico e enfermagem em casa. Podem ir à página do Município e ver e nós também estamos disponíveis para dar as informações que considerem necessárias."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

R - ADITAMENTO AO CONTRATO DE CONCESSÃO COM AS ÁGUAS DA FIGUEIRA, S.A.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Eu tinha aqui duas questões para colocar ao executivo municipal."-----

Primeira - já foi recebido o parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos relativamente ao Aditamento ao Contrato de Concessão com a Águas da Figueira, S.A.? Em caso afirmativo, podem disponibilizá-lo?-----

Segunda - em caso negativo, há alguma espécie de consequência jurídica ou algum prazo para que o parecer seja recebido? Se a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos não responder tem de haver alguma consequência?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "O prazo é até 02 de maio."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Pedia o favor que quando o parecer for recebido se o envia para nosso conhecimento."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

S - AUDITORIA À DÍVIDA

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "Uma pergunta se me permite. Serei muito rápido. É uma espécie do Santo Graal deste mandato autárquico."-----

Que é feito do famoso relatório da auditoria à dívida? Eu fui ali ao Base Gov, o contrato é de setembro do ano passado e tinha previsto um período de 70 dias. Já lá vão os 70 dias."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "A auditoria que não é nem pouco mais ou menos o Santo Graal. O Santo Graal é o futuro, a preparação do futuro."-----

A auditoria tem a ver com o passado. E, portanto, não é o Santo Graal."-----



O prazo estabelecido é 15 de maio diz-me a Vice-Presidente.-----
Tem havido reuniões sucessivas. Não é nada fácil, é curioso, encontrar nos arquivos alguma documentação dos períodos há mais tempo, mas já houve a reunião final que fizemos por Teams ou Zoom.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

T – SUINICULTURA NO LUGAR DE MATOS EM MARINHA DAS ONDAS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: “Já começava a ficar preocupado porque além de estarmos longe da sede do Concelho, ainda por cima não nos deixavam falar.... Um agradecimento ao Partido Social Democrata por me ter dado esta oportunidade.-----

Em Marinha das Ondas, no lugar de Matos, existe uma exploração de suinicultura. Fomos há dias surpreendidos no Portal do Participa que está para discussão pública a ampliação desta dita unidade.-----

Desde já, queríamos chamar aqui a atenção da Câmara Municipal e queríamos saber qual é a sua posição sobre este assunto, uma vez que esta unidade está em cima das casas.-----

É certo que a suinicultura já existe há alguns anos, mas agora com a sua ampliação para o dobro, desculpem lá. Ampliação para o dobro, não!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Essa suinicultura é na Rua ou no sítio da Espinheira?”---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: “Exatamente. O proprietário é da Espinheira, Pombal, mas a suinicultura é ali nos Matos.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Uma munícipe mandou-nos um texto sobre isso há três dias e eu já tratei aqui com os Vereadores.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Jordão Suzana.

JOSÉ JORDÃO SUZANA: “Daí, a nossa preocupação porque está mesmo ao lado das casas. Se já é mau assim, se passar para o dobro será muito mau.-----

Portanto, deixava aqui um apelo à Câmara Municipal e às entidades competentes, porque a nossa preocupação é a qualidade de vida das pessoas e dos cidadãos da Freguesia.-----

Agradecíamos, realmente, que se tomasse aqui uma posição. Já está a funcionar, já traz alguns problemas, mas já funciona há alguns anos e quanto a isso não podemos fazer muito.-----



Agora, a ampliação para o dobro vai trazer ali mais problemas à população. Sabemos que atualmente existem técnicas através das quais é possível minimizar os problemas de cheiro e não sei se elas vão ser cumpridas. Dizem que sim, mas todos nós sabemos como é que estas obras começam, mas nunca como é que acabam.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

B - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

**4 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA E DA
INFORMAÇÃO ESCRITA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL**

Foi presente para apreciação uma informação sobre a atividade do Município, acompanhada de uma informação financeira e de uma listagem dos processos contenciosos pendentes, com indicação da respetiva fase e estado.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: “A Coligação Democrática Unitária continua a debater-se com este problema, que não é fácil de ultrapassar, em que a apreciação da informação do Presidente sobre a atividade do Município nos aparece coartada.-----

Neste caso, temos aqui as atas de cinco reuniões de Câmara, sendo que duas delas foram extraordinárias. Pelas minhas contas, faltam seis atas se contarmos com a segunda reunião de abril.-----

Entretanto, na última vez que debati o ponto 4 numa anterior Assembleia, o Presidente da Câmara fez-me uma promessa que não cumpriu, sobre a informação complementar. Na altura, eu disse que vinha muito em cima da hora, sendo complicado o curtíssimo espaço de tempo para a analisar.-----

Hoje, essa informação complementar apareceu pelas 10,30 horas, eu estava ocupada, fora de casa e não tive a mínima oportunidade de consultar estas seis páginas.--

Entretanto, há aqui como último parágrafo, uma referência às celebrações dos 50 anos do 25 de Abril e gostaria de deixar aqui umas notas.-----

Para já, cumprimentar calorosamente as Freguesias que resolveram também elas empreender celebrações desta magnífica data.-----

E eu tenho estado empanada, como costumo dizer na brincadeira, e por exemplo, fazia muita intenção de ter passado no Alqueidão e em Maiorca, mas a minha condição física não mo permitiu.-----

Entretanto, com a perna às costas fui ver o filme «Capitães de Abril», uma iniciativa da Junta de Freguesia de Tavarede e tenho de alargar neste cumprimento a Junta de Freguesia de Tavarede e o deputado municipal Fernando Martins Lopes, Presidente da Junta de Freguesia e deixar aqui a expressão de um amargo de boca



que tive.-----

O filme aconteceu na Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho e nem o pessoal docente, colegas do Presidente da Junta de Tavarede resolveram tirar um bocadinho de tempo para assistir e para dar aquela mãozinha calorosa a quem se esforçou para levar por diante a iniciativa.-----

Os meus parabéns ao meu amigo Jorge Dias porque, de facto, continua a ser uma marca muitíssimo valiosa aquando de qualquer celebração, porque viveu o 25 de Abril de 1974 por dentro e muito por dentro.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Rui Pinto Ferreira.

RUI PINTO FERREIRA: “O executivo da Junta de Freguesia de Maiorca encontra-se em total concordância com as soluções apresentadas para o Paço de Maiorca na informação do Presidente da Câmara, aguardando que as obras e intervenções referidas tenham o seu desenvolvimento o quanto antes para que a preservação e a dinamização deste espaço seja um bem comum a toda a Freguesia e todo o Concelho. É com muito gosto que vemos uma solução que poderá não ser a melhor, mas que efetivamente se apresenta como uma solução que trará indiscutivelmente a requalificação do edifício e a dinamização da nossa Freguesia. Por isso, muito obrigado.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Vitor Gonçalves Alemão.-----

VITOR GONÇALVES ALEMÃO: “Se havia dúvidas de que Vila Verde está no esquecimento, o Presidente da Câmara deu aqui cabal representação disso mesmo. É que o senhor não respondeu à questão que lhe coloquei.-----

Vila Verde está esquecida naquilo que reivindica e, portanto, volto a reformular longamente a questão que lhe coloquei.-----

Gostaria que elucidasse os Vilaverdenses das razões pelas quais classificou de interesse municipal a empresa Bioadvance para depois lhes serem isentas taxas de 50% e qual o valor dessas taxas.-----

Entretanto, como também não estamos aqui para complicar, eu vou fazer uma proposta, que até pode ser em nome dos Presidentes de Junta de Freguesia, para resolver o problema das Brigadas.-----

Para facilitarmos a vida à Câmara Municipal, propomos que a Câmara Municipal faça uma transferência de 30.000 euros para cada Junta de Freguesia e se acabe com as Brigadas.-----

Assim, ficamos com os problemas resolvidos e nós contratamos os serviços que



necessitamos."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

5 - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DAS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL:

5.1 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INVENTÁRIO DE 2023 DO MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ

Foram presentes para apreciação e votação os documentos de Prestação de Contas, em cumprimento do disposto no art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua última redação, bem como, o Inventário Municipal de 2023.-----

Estes documentos ficarão devidamente arquivados na Divisão de Finanças e Património/Serviço de Contabilidade, deste Município, e disponíveis, para consulta, quando para tal forem solicitados.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Joaquim Francisco Pereira.-----

JOAQUIM FRANCISCO PEREIRA: "Análise genérica do dinamismo económico e minucioso de uma política de promoção no investimento que concorre com uma gestão financeira no desenvolvimento do Concelho da Figueira da Foz.-----

Com uma conjuntura económica nacional e internacional extremamente difícil devida essencialmente à invasão da Ucrânia que se acentua e com um conflito na Palestina que teima em perdurar cujo fim me parece cada vez mais longe, este Executivo Camarário vai paulatinamente apresentando um desenvolvimento sustentado na qualidade de vida do Concelho da Figueira da Foz.-----

Tendo sido cumpridos parte dos objetivos fixados para o exercício económico de 2023, aparece na via pública e à discussão pública um conjunto de projetos de pormenor que figurará nos próximos planos para o desenvolvimento do Concelho, que se tornarão positivos e que desenvolverão, ainda mais, os recursos de promoção turística e desenvolvimento deste Concelho.-----

Com contas auditadas, certificadas e aprovadas resta-nos fazer uma breve e sucinta resenha de um parecer comparativo de algumas rubricas contabilísticas que demonstram uma taxa de crescimento, sendo, algumas dessas contas inflacionadas pela própria inflação, mas outras com o propósito de crescimento face aos trabalhos, prestações de serviços e investimentos executados nas Freguesias do nosso Concelho.-----



Neste âmbito, merecem algumas rubricas nota de destaque pelo valor de carácter financeiro ou inovador e investimento, sempre comparado com valores do ano de 2022.-----

1 - No exercício agora apresentado o valor percentual de execução da receita orçamentada foi superior em mais 1.31% face a 2022.-----

2 - Essencial, a diminuição do Passivo que, em termos globais, diminuiu 1.776.156 €, 4,6% menos.-----

3 - A dívida a fornecedores diminuiu /(- 20.27%).-----

A base média de pagamento a fornecedores mantém-se, a exemplo do ano anterior, em 16 dias.-----

4 - Redução da dívida bancária /(-5.02%).-----

Na continuidade desta rubrica a (4) deixar expresso que:-----

A difícil conjuntura económica nacional e internacional, a subida constante das taxas de juro e da inflação demonstram e aconselham a redobrados esforços de rigor e controle orçamental. Só deste modo é possível cumprir obras e atividades planeadas que são essenciais para um desenvolvimento sustentado.-----

5 - Na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos...-----

Um acréscimo em cerca de 20% - pouco representativo e significativo face às oscilações constantes de mercado/conjuntura económica.-----

Gastos com Pessoal, cuja variação de taxa de crescimento em relação a 2022 é de +10.2% - atualizações remuneratórias entre outras.-----

Do lado da Receita a Derrama Municipal com um aumento comparativo 2022/2023 de 2.098.607 € face ao bom resultado da atividade económica do setor empresarial do Concelho - 60.88%.-----

Para terminar:-----

Apraz registar o Resultado Líquido Positivo de 16.232,42 €.-----

O Relatório de Gestão e Contas de 2023 espelha a clareza de um exercício económico difícil com esforço expresso no equilíbrio financeiro das Contas do Município.”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Rosa Costa Reis.----

ROSA COSTA REIS: “A aprovação de contas, é um tema que vai muito além das cifras e dos relatórios financeiros.-----

Estamos perante uma oportunidade para reafirmar os nossos compromissos com a responsabilidade orçamental.-----

O resultado líquido de 16.232 € que temos em mãos, não é apenas um número, é o compromisso com a boa gestão dos recursos alinhados com os bons ofícios a que este



executivo já nos habituou.-----

Além disso, devemos prestar especial atenção ao impacto social das decisões financeiras, mesmo com as diversas contingências do passado ano económico, especialmente nos preços das revisões das empreitadas, e a tremenda atualização das taxas impostas pela ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, colocaram grande pressão na boa execução orçamental.-----

Ainda assim, o rigor da gestão camarária suplantou essas dificuldades, ajudada também pela atração de investimento privado, nomeadamente na criação de novas empresas, que geraram mais receitas através da Derrama, que efetivamente contribuíram para manter o equilíbrio orçamental.-----

O Município da Figueira da Foz, é um dos cinco, em dezanove concelhos do distrito de Coimbra, que apresentaram saldos positivos, e que continua a apresentar um comportamento financeiro saudável, com pagamentos a fornecedores em 16 dias, e uma constante redução de passivo na ordem dos 1,7 milhões de euros.-----

É importante realçar, o caminho já conquistado nos investimentos que vão ser realizados através do Plano de Recuperação e Resiliência, nomeadamente no domínio da saúde, habitação e educação, que totalizam 85,5 milhões de euros, que proporcionarão mais habitação jovem a custos controlados, melhores condições nas instalações das escolas, remodelações nos centros de saúde existentes, e criação de novas unidades em diversas freguesias.-----

O trabalho nos diversos domínios é evidente, conferindo muito trabalho ao executivo liderado pelo Dr. Pedro Santa Lopes, que só pode gerar confiança na população.”-

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Eu queria começar por dizer que o grupo municipal do Partido Socialista se vai abster nesta votação, seguindo o sentido de voto dos Vereadores da Câmara eleitos pelo Partido Socialista.-----

Porém, eu gostava de levantar aqui duas ou três questões que podem ser redundantes com o debate que tenha havido na reunião de Câmara, mas enfim, isso resulta um pouco deste regime meio Bizantino que os municípios têm, que têm quase que dois parlamentos e, portanto, não raro, corre-se este risco.-----

Vale a pena começar pelo seguinte: o resultado líquido mais 16.000 euros ou menos 16.000 euros numa organização deste género tem relativamente pouca importância, ou não tem a mesma importância que tem nas organizações de natureza empresarial. Portanto, não quero dar demasiado valor. Se fossem menos 16.000 euros, não seria por isso que o Partido Socialista não teria o mesmo sentido de voto.-----



Mas, eu julgo que valia a pena, obter da parte do Executivo, uma explicação, até para nosso conforto, relativamente ao movimento de grande amplitude de vários milhões de euros.-----

Eu bem sei que é um movimento de natureza puramente contabilística, portanto, ele não envolve movimentações de dinheiro, nem envolve alteração de posições jurídicas em quaisquer transações, mas não há dúvida nenhuma que as contas têm um movimento de 16/17.000.000 € de redução ao património líquido do Município, pelo menos em termos contabilísticos.-----

Eu li a anotação que está no documento sobre isso, mas não me pareceu que ela fosse especialmente detalhada e perceptível.-----

E por isso pedia um pequeno esclarecimento.-----

O segundo ponto serve para dizer o seguinte: o Presidente da Câmara tem exprimido várias vezes dúvidas sobre o bem fundado da opção tomada pelo anterior executivo relativamente às questões da eficiência energética.-----

E eu creio que quem olhe para as contas, talvez possa confirmar isso mesmo - que a opção foi porventura boa, porque a redução muito significativa que é visível nas contas do gasto com iluminação pública, quer do ponto de vista de unidades físicas quer de unidades monetárias, está em linha com aquilo que foi consumido no empréstimo.-----

Há uma redução entre 2021 e 2023 na iluminação pública na ordem dos 500 e tal mil euros, em linha com o gasto no empréstimo.-----

É possível até estimar, num exercício de prognose que nem sequer é muito difícil, que com abaixamento de taxas de juro em período próximo, os gastos com o empréstimo possam, porventura, diminuir, e com o funcionamento em pleno das luminárias agora instaladas, esse rácio ainda possa porventura melhorar.-----

Eu creio que ao longo de 2023 foram instaladas luminárias. Portanto, quer dizer que o sistema não esteve a funcionar em pleno ano inteiro.-----

E era só deixar esta nota.-----

Ao passo que noutras soluções, nos chamados Contratos de Desempenho Energético, há um monte de casos que foram parar aos Tribunais Administrativos e não sei quando é que de lá sairão.-----

Sobre esta questão da iluminação pública também se comprova, de forma mais ou menos clara, que a previsão orçamental era excessiva. Ainda bem que o era e que depois se verificou que, de facto, não era necessário um provisionamento de um montante tão significativo."-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Manuel Rascão Marques.

MANUEL RASCÃO MARQUES: "Ficamos satisfeitos pela redução do passivo e com a manutenção do prazo médio de pagamento aos fornecedores.-----
Verificamos o aumento da receita baseado no aumento de impostos diretos, +10,27%.
Convém referir que só no primeiro trimestre do corrente ano o Imposto Municipal sobre Imóveis já regista um aumento de 28,3%, o Imposto de Circulação um aumento de 6,72% e a Derrama um aumento de 119,56%, o que reforça a esperança de que no próximo ano haja uma diminuição de impostos, nomeadamente sobre quem tem a residência principal no nosso Concelho, como o Partido Social Democrata tem vindo ao longo dos anos a defender.-----

Onde vai efetivamente ser aplicada a receita da Taxa Turística?-----
Porque o Regulamento permite tudo e mais alguma coisa, mas era importante que nós soubéssemos exatamente onde ela vai ser aplicada.-----

Continuamos preocupados com as transferências decorrentes do processo de descentralização de competências, pois continuamos a achar que deveriam corresponder aos custos, o que não se verifica.-----

Do Relatório de Atividades: preocupa-nos que o universo de trabalhadores do Município esteja cada vez mais envelhecido. 40% têm mais de 55 anos de idade. Que soluções?-----

A taxa de absentismo a crescer quase 20%.-----

E na questão da Proteção Civil, vê-se aqui exercícios e simulacros. Não há estes exercícios e simulacros nas escolas e nas unidades de saúde?-----

E por fim, para quando o Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental da Lagoa da Vela?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Revisora Oficial de Contas, Cristina Ferreira, com a anuência do Presidente da Câmara Municipal.-----

REVISORA OFICIAL DE CONTAS CRISTINA FERREIRA: "Relativamente às questões referidas no Anexo às Contas, quer na nota 2, quer na nota 5, eu iria só acrescentar aqui a parte mais técnica que não está ali referida.-----

Em 2020, com a implementação do Sistema de Normalização Contabilística para administrações públicas, existia a obrigatoriedade de os municípios recalcularem, se assim pudermos dizer, a vida útil dos edifícios para o máximo que estava previsto nesse mesmo Sistema. E o Município da Figueira da Foz fez isso para os edifícios.-----

Para os outros ativos, isto não era imposição do sistema de transição e por isso



não foi feito.-----

E ao analisarem-se as infraestruturas que o Município tem, designadamente as estradas que estão registadas no Município, deparámos que algumas estavam com uma vida útil de 38/40 anos, decorrente de algumas reparações e de grandes reparações que elas tinham tido, mas que efetivamente não lhes iriam acrescentar vida útil. E foi isso que foi feito!-----

Em consonância com o que foi feito em 2020 por obrigatoriedade, agora aqui para o caso das infraestruturas foi analisada a vida útil dos bens e aqueles que estavam com uma vida útil muito excessiva, porque foi sendo acrescentada por grandes reparações que efetivamente não lhes aumentavam a vida, e tudo isto foi corrigido. E, portanto, deu aqui este efeito nas demonstrações financeiras, que não tem um impacto financeiro, e que se tentou explicar da forma mais transparente possível, quer na nota 2 quer na nota 5.-----

Saliento aqui que nesta transparência na nota 2 está explicado como é que seriam as contas do ano anterior, se isto já tivesse sido feito no ano passado, para eventualmente elas serem comparáveis.-----

Mas, aqui estamos só a falar na questão desta alteração desta política para efeito das grandes reparações dos bens que estavam a aumentar em muito a vida útil de bens, e que não é possível acreditarmos que uma estrada sem intervenções vai durar 40 anos, porque não acontece.-----

Portanto, havia aqui a necessidade de repor esta situação.-----

Este trabalho será um trabalho que, eventualmente, para o ano, noutras classes de bens com menos impacto, eventualmente, também possa vir a ser feito. Vai depender agora das análises técnicas que vão ser feitas aos bens e às classes de bens que estão incluídas no ativo de Município.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaço com a anuência do Presidente da Câmara Municipal.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇO: “Falando de eficiência energética, este executivo quando entrou aqui na Câmara em 2021, na elaboração do primeiro Orçamento teve uma reunião com o Partido Socialista, ainda cá estava o Dr. Carlos Monteiro, e ficamos com a expectativa de uma redução de custos de cerca de 2.000.000 € ao ano.-----

Portanto, feitas as contas nós tivemos uma redução de custos face a 2021, que foi quando terminou a implementação do projeto, de cerca de 450.000 €. Isto é o valor que nós estamos a pagar anualmente e pagamos neste ano de 2023, apenas referente a juros.-----



Deixo aqui esta informação para vossa análise, pois estamos a falar de uma diferença de 1.500.000 €, grosso modo.-----

Portanto, isto não quer dizer que o investimento não era necessário, claro que era necessário, mas poderia ter sido tratado de outros moldes e não termos ficado com cerca de 7.500.000 € de dívida, quando, de facto, a redução de custos não veio a atingir os valores previstos inicialmente.-----

Falava-se de um payback de três anos e, hoje em dia, muito de longe isso será cumprido.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: “Peço desculpa, senhora Vice-Presidente, aquilo que estava a dizer é que a ideia era uma redução de 2.000.000 € no gasto anual com iluminação pública?!-----

Eu, com o devido respeito, vejo isso muito difícil. Posso estar enganado e dar a mão à palmatória, mas não me lembro que em algum ano se tenham gasto 2.000.000 € em iluminação pública. Não sei como é que se poderia ter uma redução de 2.000.000 €, mas admito que posso estar um bocadinho esquecido!-----

Pelos números que vi nos documentos, o encargo com o empréstimo em 2023 foi de 561.000 €, a redução de gasto com iluminação pública, aqui eu vi no pago, portanto em base de caixa, mas acho que serve, entre 2021 e 2023 foi de 548.000 €, ou seja, são valores da mesma ordem de grandeza.-----

Baixar 2.000.000 € eu acho isso impossível. Veja no Orçamento de 2021 o gasto foi de 1.332.000 €, portanto, como é que se podia reduzir 2.000.000 €?!”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à Vereadora Anabela Tabaçó com a anuência do Presidente da Câmara Municipal.-----

VEREADORA ANABELA TABAÇÓ: “Estou numa ótica de gastos, não orçamental, portanto, de despesa, de custos. E, portanto, quando se estava a falar dessa redução nessa ordem de grandeza, estamos a falar na eletricidade e não só da eficiência energética. Era da totalidade.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas do art.º 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, e alínea 1) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,



ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor dos membros do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira e do Partido Social Democrata, vinte e uma abstenções dos membros do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, e um voto contra do membro da Coligação Democrática Unitária:-----

1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas do Município da Figueira da Foz relativos ao ano de 2023, bem como, o Inventário do Património Municipal relativamente aos bens que integram a Classe 4 - Investimentos, elaborados nos termos definidos no SNC-AP (Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro), que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), que faz parte integrante do mesmo processo;-----

2 - Aprovar a aplicação do Resultado Líquido do Exercício (RLE), no valor de 16.232,00 € (dezasseis mil duzentos e trinta e dois euros), da seguinte forma: «Transferir para Resultados Transitados».-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

SILVINA ANADIO QUEIROZ apresentou a seguinte declaração de voto: "Votei contra o Orçamento previsto para o ano de 2023. Ora, sendo estes os documentos que sustentaram e deram corpo a esse Orçamento, não refletem, naturalmente, o que seriam as opções e prioridades políticas da Coligação Democrática Unitária na maior parte dos casos.-----

Relevo, contudo, que aplaudo algumas medidas, nomeadamente a poupança energética por via da instalação de iluminação LED e a redução do prazo de pagamento aos fornecedores do Município."-----

5.2 - 2.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AO ORÇAMENTO PARA 2024

Pelo Presidente da Câmara foi presente para apreciação e aprovação a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número um à presente ata.-----

Esta revisão tem subjacente a inscrição das novas ações «22 119 2022/32 2/1 - Centros de Saúde - Equipamento - Outro Equipamento» visando acomodar a despesa com a aquisição de aquecedores para a Unidade de Saúde de São Pedro e «25 203 2024/86... - Piscina no Bom Sucesso - Projeto» para enquadramento da despesa com a elaboração de Projetos de Arquitetura e Especialidades para a Piscina do Bom Sucesso.-----

Esta 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024 foi votada favoravelmente na reunião de Câmara de 19 de abril de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado



municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, David Fajardo Azenha, sob proposta da Câmara e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e seis votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Coligação Democrática Unitária, uma abstenção do membro do Bloco de Esquerda, e sem votos contra, aprovar a 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2024, visando a inscrição das novas ações «22 119 2022/32 2/1 - Centros de Saúde - Equipamento - Outro Equipamento» destinada a acomodar a despesa com a aquisição de aquecedores para a Unidade de Saúde de São Pedro e «25 203 2024/86... - Piscina no Bom Sucesso - Projeto» para enquadramento da despesa com a elaboração de Projetos de Arquitetura e Especialidades para a Piscina do Bom Sucesso.-----

Não participou da discussão e deliberação deste ponto a deputada municipal Célia Silva Moraes, por se considerar impedida ao abrigo das disposições combinadas do n.º 4 do art.º 31.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, alínea iv) do art.º 4.º da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, e n.º 6 do art.º 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, todos na sua última redação.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.3- ALTERAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Pelo Presidente da Câmara foi presente uma alteração da Organização dos Serviços Municipais, propondo a criação na Estrutura Matricial da Equipa Multidisciplinar de Projetos Estruturantes e a Equipa Multidisciplinar de Mobilidade e Transportes, definindo as suas competências, equiparando os Chefes de Equipa, em termos de remuneração, a um dirigente intermédio de 2.º Grau (Chefe de Divisão) e a quem podem ser cometidas as competências fixadas para os titulares dos cargos de direção intermédia, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal.-----

Na Estrutura Hierarquizada, no Departamento de Cultura e Turismo criam-se a Divisão de Biblioteca e Arquivo, a Divisão de Museu, Património e Núcleos e o Serviço de Centro de Artes e Espetáculos e Coletividades e extinguem-se a Divisão de Cultura, o Serviço de Biblioteca e Arquivo e o Serviço de Museu e Núcleos. Na Divisão de Educação e Assuntos Sociais criam-se a Divisão de Educação, a Divisão de Assuntos



Sociais e Saúde e extinguem-se a Divisão de Educação e Assuntos Sociais, o Serviço de Educação e o Serviço de Assuntos Sociais, mantendo-se o Serviço de Juventude e Desporto dependente da Divisão de Educação.-----

Ao abrigo das disposições emergentes das Leis n.ºs 49/2012 e 2/2024, respetivamente de 29 de agosto e 15 de janeiro, ambas na sua última redação, as comissões de serviço dos cargos dirigentes das unidades orgânicas nucleares e flexíveis mantêm-se em vigor, bem como a da Divisão de Promoção e Animação Turística por não ter havido qualquer alteração no objeto e competências da respetiva Unidade Orgânica. Esta proposta tem subjacente o facto de se pretender operacionalizar de forma mais eficiente os Serviços Municipais, e foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Este dossier propõe a criação de uma Equipa Multidisciplinar de Projetos Estruturantes e de uma outra Equipa Multidisciplinar de Mobilidade e Transportes, com uma elencagem bastante exaustiva de funções.--- Quem assumia as funções agora cometidas a estas novas equipas criadas? É que não acredito que isto seja tudo novo. Portanto, alguém há de ter estado a tomar conta destes itens, todos eles muito interessantes.-----

Face àquilo que é proposto e apresentado não haverá, no futuro, uma duplicação de funções e tarefas entre estas equipas multidisciplinares agora criadas e outros serviços que se mantêm.-----

Na estrutura hierarquizada apresentam-se algumas alterações, em primeiro lugar, no Departamento de Cultura e Turismo, depois na Educação e Assuntos Sociais.----

Começando por este último, qual a vantagem da criação de divisões, neste caso substituindo serviços? Qual a razão da extinção da Divisão de Cultura?-----

Fico a aguardar os esclarecimentos do senhor Presidente da Câmara."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal José Fernando Correia.

JOSÉ FERNANDO CORREIA: "O grupo municipal do Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta, na linha do que fizeram os Vereadores do Partido Socialista em sede de reunião de Câmara.-----

Eu tenho, a título quase pessoal, algumas dúvidas sobre a parte de baixo, a parte final do texto, aquela que diz respeito à Cultura e à Educação e à Saúde, mas sem saber que possa ter alguma coisa que ver com esta ideia para o Paço de Maiorca, admito que possa haver aí uma ligação entre as duas coisas.-----

Independentemente disso, não havendo tanto quanto se percebe do texto um acréscimo



de gastos significativo, enfim, quem está no poder tem o direito de organizar os serviços da forma que melhor lhe aprouver e, portanto, nós votaremos favoravelmente.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “Senhora deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, a Divisão de Cultura será dividida em duas: a Divisão do Museu, Património e Núcleos e a Divisão de Biblioteca e Arquivo.-----

Eu dou-lhe um exemplo muito simples: houve um concurso recentemente para a Divisão de Cultura, concorreram julgo que 15 a 20 pessoas, o júri integrava pessoas de fora da Câmara, e foi entendido que nenhuma estava em condições de ser escolhida. E há funcionários do Município, que eu gostaria de nomear ou que exercessem essas funções, que não aceitam porque ou são da área do património ou da área dos museus e não se sentem com preparação para dirigir a parte de Biblioteca e Arquivo, ou vice-versa.-----

Não lhe vou citar nomes, mas quando acabarem os trabalhos, posso-lhe dizer pessoalmente, são pessoas, são trabalhadores do Município há muitos anos.-----

A Divisão de Cultura já esteve dividida em duas, creio que foi no tempo em que o Vereador António Tavares foi Vereador da Cultura e, depois, por uma questão de poupança, suposta ou verdadeira, foram fundidas numa só, e atualmente coloca-nos imensos problemas.-----

E como quisemos dividir em duas, extinguímos os Serviços correspondentes, nomeadamente o Serviço de Biblioteca e Arquivo foi transformado em Divisão.-----

A senhora deputada até podia dizer assim - ainda bem que os trabalhadores que vão dirigir passam a ganhar mais, mas não é por isso que a opção é feita.-----

É exatamente por uma necessidade de funcionamento e de escolher pessoal com preparação em cada uma das áreas, porque, facto, uma técnica arquivística ou de biblioteca, um bibliotecário não é a mesma coisa que um museólogo.-----

De facto, é uma área diferente e, portanto, a razão é essa.-----

Quanto à outra questão colocada sobre quem é que exerce as funções nas Equipas Multidisciplinares, é uma bela questão.-----

Na Mobilidade e Transportes, ninguém. Há gestão da frota do Município. Só que o sistema de transportes é algo muito maior do que a simples gestão da frota e, portanto, precisamos de uma equipa e de quadros preparados nessa matéria.-----

A questão dos Projetos Estruturantes, eu dou-lhe um exemplo, mas há mais, a mudança de entrada da Cidade. O balanço que nós fazemos do funcionamento do Departamento



de Planeamento e Urbanismo: nós não temos condições para as pessoas que lá estão, pois quem dirige queixa-se de falta de recursos, isso é crítico, mas de facto, as pessoas estão cheias de trabalho, não conseguem ter tempo para desenvolver esses projetos mais de fundo, mais duradouros.-----

Como sabe, lançámos a iniciativa, concorreram arquitetos, houve exposição e, depois? Tenho muita pena, não sou arquiteto, nem engenheiro e não consigo desenvolver, mas pergunto-lhes e eles não têm tempo e levam trabalho para casa ao fim de semana.-----

Há vários Projetos Estruturantes, que podem ser considerados como tal, como por exemplo, o prolongamento das Abadias que tem estado sob a égide da Divisão de Planeamento. Também, até a recente deliberação da Assembleia Municipal, há cerca de um ano, não era tratado como tal.-----

Foi um tempo em que também a contenção financeira, a Troika, o saneamento financeiro obrigou a essas medidas.-----

Praticamente quem vai dirigir são pessoas do Município em que a diferença de remuneração praticamente não é nenhuma.-----

E, portanto, o que está previsto no geral, talvez à exceção de um caso de um Arquiteto/Arquiteta que se abriu um processo de mobilidade, é que sejam pessoas do Município a dirigir.-----

Só que temos de distribuir funções. Isso estar tudo junto na mesma Divisão, é muitíssimo complicado.-----

Esse prolongamento das Abadias para mim é estruturante, a questão da Serra da Boa Viagem, os serviços não tratam. Ontem perguntei à Chefe de Divisão do Ambiente se trabalhava nesse projeto? A resposta é que o projeto tem estado mais no Urbanismo. Qual é o desenvolvimento de um Concelho que tem um património geológico desta dimensão e não está ninguém a trabalhar no seu desenvolvimento? É a Associação de Desenvolvimento Local da Bairrada e Mondego que trabalha no processo e na eventual candidatura a um Geoparque.-----

Portanto, nós temos de ir adequando a estrutura dos serviços com a estabilidade possível à avaliação que fazemos do funcionamento do dia a dia.-----

Vai haver algumas mudanças até ao nível de chefias nos próximos dias.-----

Eu dou-lhe um exemplo de uma área que não corre bem - os concursos de obras, as empreitadas. Passamos a vida com erros e omissões e com retificações. Como agora saiu uma Portaria no âmbito do Simplex, que não se publicam retificações que estejam para além do prazo previsto no concurso, portanto, temos de voltar ao



princípio.-----

Portanto, há uma questão de eficiência, quando eu disse «eu não vou chamar Projetos Estruturantes», mas tem de se acabar com estes monos que existem no Concelho há décadas.-----

As casas lá em cima, em frente ao E.Leclerc, uma foi abaixo, outra o Tribunal impugnou, no Jardim Municipal, há uma série de casos de obras que são uma vergonha para o Concelho. É uma falta de respeito!-----

Como aquela da Fontela que está ali há 30 anos e entraram 29 pedidos de prorrogação de prazo? Como é que um Concelho se resigna a ver aquilo e não há insurreição?! Para rematar, a Vice-Presidente que tem a responsabilidade do Urbanismo vai reunir com os promotores e dizer «prestem esse serviço à Figueira. Acabem com esses monos, pelo amor de Deus».-----

Já há 20 anos, os prédios chamados de Vidor ao pé do Mercado novo que mandei demolir, estiveram ali anos para acabar!!!-----

O nosso trabalho e o nosso dever é criar as condições, em conjunto com eles, para acabar esses projetos. O Edifício «O Trabalho», por amor de Deus, tivemos de chamar os promotores. Não estão habituados a ser chamados e questionados sobre quando é que se acaba o edifício.-----

Ali é o centro da Cidade e temos aqueles tapumes ali à volta há não sei quanto tempo. E o edifício ao lado que era a Escola das Freirinhas e o promotor quer construir logo ao lado porque é o mesmo.-----

Há projetos que às vezes exigem equipas de missão. Andamos em Tribunal com processos do Mercado antigo. Desde 1988 que os processos estão a correr em Tribunal?-----

E, portanto, às vezes é preciso criar estas equipas de missão e ver se conseguimos resolver estas situações que são muito desagradáveis.-----

Eu até lhe podia dizer que a margem ribeirinha em conjunto com o Porto, é uma parte que é nossa e outra do Porto, não tem direito a ser mais vitalizada. Andamos a trabalhar nisso com eles, andamos a fazer projetos para isso.-----

O Projeto para o Terminal de Cruzeiros não é uma responsabilidade do trabalho corrente do Município. Nós fazemos, aceitámos esse encargo, fazer o projeto para o Terminal de Cruzeiros e depois há outro, o da Marina, do lado de lá, que a Administração do Porto está a resolver e está a trabalhar bastante bem.-----

E se forem ver as redes sociais, a Figueira da Foz aparece já integrada na Rede das Cidades com Marina, salientando que o ano passado recebeu três cruzeiros e este ano irá receber mais.-----



São projetos que saem fora da gestão corrente. Isto não é para trazer mais funcionários. Nalguns casos, quem nos dera. Todos os Vereadores pedem mais recursos humanos.-----

O deputado municipal Manuel Rascão Marques falou no envelhecimento. Pois, tentamos contratar pessoas novas, as mais novas, mas depende também de quem concorre.---- Quanto a esta alteração orgânica eu quero sublinhar até a compreensão e o apoio dos Vereadores da oposição em reunião de Câmara para com a generalidade das propostas feitas.-----

Se há área pesada hoje em dia na Câmara, é a área Social. Não justificava um departamento? Há aqui uma lógica de funcionamento interno, eu com a responsabilidade que tenho como Presidente de Câmara tenho dúvidas que deva ter. Vamos fazer as mudanças que temos de fazer. Não é tratar mal ninguém. Agora, eu quero dizer aqui em sessão de Assembleia Municipal uma coisa - eu considero muito importante no funcionamento do Município que não metam férias em dias de ponte. Eu quando não há ponte e por regra não deve haver, estou sempre presente a trabalhar no Município.-----

Acho que os dirigentes têm de dar o exemplo e em dias de ponte não podem meter dias de férias, porque nós estamos a trabalhar aqui e lá para fora, e há muitas pessoas lá fora, dos privados que metem pontes sim para vir tratar de assuntos ao Município.-----

Não é ser pidesco, é vigiar pelo serviço do Município. No dia da ponte mandei pedir a relação das férias. As pessoas têm todo o direito a gozar férias, mas há maneiras de o fazer. A esperteza saloia de gozar dois dias e conseguir tirar sete dias de férias... Um dirigente não pode fazer isso porque se todos os funcionários fizerem o mesmo os serviços param.-----

Eu espero que as pessoas ajam pela positiva. Não vamos castigar ninguém, mas ser-se exigente."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira A Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições conjugadas das alíneas c) e e) do art.º 6.º, alínea c) do art.º 7.º e art.º 9.º todos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e alínea m) do n.º



1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambos na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar:-----

1 - A criação na Estrutura Matricial da Equipa Multidisciplinar de Projetos Estruturantes e da Equipa Multidisciplinar de Mobilidade e Transportes, definindo as suas competências, equiparando os Chefes de Equipa, em termos de remuneração, a um dirigente intermédio de 2.º Grau (Chefe de Divisão) e a quem podem ser cometidas as competências fixadas para os titulares dos cargos de direção intermédia, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal;-----

2 - Na Estrutura Hierarquizada, no Departamento de Cultura e Turismo criam-se a Divisão de Biblioteca e Arquivo, a Divisão de Museu, Património e Núcleos e o Serviço de Centro de Artes e Espetáculos e Coletividades e extinguem-se a Divisão de Cultura, o Serviço de Biblioteca e Arquivo e o Serviço de Museu e Núcleos. Na Divisão de Educação e Assuntos Sociais criam-se a Divisão de Educação, a Divisão de Assuntos Sociais e Saúde e extinguem-se a Divisão de Educação e Assuntos Sociais, o Serviço de Educação e o Serviço de Assuntos Sociais, mantendo-se o Serviço de Juventude e Desporto dependente da Divisão de Educação;-----

3 - Manter as comissões de serviço dos cargos dirigentes das unidades orgânicas nucleares e flexíveis em vigor, bem como a da Divisão de Promoção e Animação Turística por não ter havido qualquer alteração no objeto e competências da respetiva Unidade Orgânica.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.4 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2024

Pelo Presidente da Câmara foi proposta uma alteração ao Mapa de Pessoal de 2024, nele se criando um posto de trabalho Técnico Superior na área de Jurista em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; dois postos de trabalho de Assistente Operacional para o Agrupamento de Escolas Figueira Norte, três postos de trabalho de Assistente Operacional para o Agrupamento de Escolas Figueira Mar, dois postos de trabalho de Assistente Operacional para o Agrupamento de Escolas de Paião e quatro postos de trabalho de Assistente Operacional para o Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz, para exercerem funções de Auxiliar de Ação Educativa, todos em regime Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo incerto, e quatro postos de trabalho de Assistente Operacional



para os Centros de Saúde em regime Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo incerto, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número dois à presente ata.-----

Esta proposta foi votada favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 1, 2 e 4 do art.º 29.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e da alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ambas na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, uma abstenção do membro da Coligação Democrática Unitária, e sem votos contra, aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Figueira da Foz do ano de 2024, nele se criando um posto de trabalho Técnico Superior na área de Jurista em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado; dois postos de trabalho de Assistente Operacional para o Agrupamento de Escolas Figueira Norte, três postos de trabalho de Assistente Operacional para o Agrupamento de Escolas Figueira Mar, dois postos de trabalho de Assistente Operacional para o Agrupamento de Escolas de Paião e quatro postos de trabalho de Assistente Operacional para o Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira da Foz, para exercerem funções de Auxiliar de Ação Educativa, todos em regime Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo incerto, e quatro postos de trabalho de Assistente Operacional para os Centros de Saúde em regime Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo incerto.-----

Deliberação aprovada em minuta.-----

5.5 - ESTUDO PRÉVIO DA VARIANTE DE QUIAIOS, PARA EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DA VARIANTE DE QUIAIOS

Pelo Presidente da Câmara foi presente uma proposta no sentido de se reconhecer o interesse público municipal da obra da construção da Variante de Quiaios, no âmbito



do processo de pedido de desafetação do Regime Florestal Total na Mata Nacional das Dunas de Quiaios de uma parcela de terreno de 6.553 hectares, com referência ao disposto no Decreto de 24 de dezembro de 1901, publicado no Diário do Governo, n.º 296, de 31 de dezembro de 1901, que define a submissão de terrenos ao regime florestal, e no Decreto de 24 de dezembro de 1903, publicado no Diário do Governo, n.º 294, de 30 de dezembro de 1903, que aprova a regulamentação para a execução do regime florestal, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número três à presente ata.-----

Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: "Já o referi por várias vezes nesta Assembleia, que construir uma alternativa à Rua Direita, em Quiaios, não é uma excentricidade, não é uma leviandade é, sim, um imperativo de segurança com impacto direto na vida da comunidade e do desenvolvimento local.-----

Por isso, eu faço aqui um apelo a todos os deputados municipais para que nos possamos unir e que, de forma unânime, com a aprovação deste ponto possamos dar este sinal de esperança à população de Quiaios e também um reforço positivo à ação do executivo nesta matéria.-----

Aproveito, também, esta oportunidade e na posse do estudo prévio que nos foi apresentado, que naturalmente, sendo um estudo prévio precisa de ser afinado, nomeadamente nas entradas e saídas poentes tem de ser revisto, e disponibilizo-me desde já ao executivo e à equipa que está a trabalhar este projeto para continuar a trabalhar em conjunto no sentido de resolver essa situação.-----

Senhor Presidente da Câmara, considerando que as questões administrativas com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas possam estar concluídas ainda no decurso deste ano de 2024, mas também olhando naturalmente com muita lucidez para o investimento necessário de acordo com o estudo prévio, mantem-se a expectativa e a determinação de cumprir o calendário anunciado que projetava o início da obra ainda no decurso do presente mandato?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Desde algumas eleições autárquicas que faz parte do programa da Coligação Democrática Unitária à Freguesia de Quiaios a proposta de uma circular externa.-----

Na consulta dos documentos, vejo que não é de facto isso que aqui está, mas também



não é assim chamado. Chamam-lhe Variante de Quiaios, coisa que para mim também não é rigorosamente verdade, porque na verdadeira aceção do termo isto que está aqui nos documentos não é uma variante.-----

Pelos perfis que são apresentados, a concretizar-se a empreitada será apenas um acesso local de dimensões bastante exíguas que continuará a ser fonte de grandes constrangimentos de circulação, nomeadamente por encaminhar para dentro da Vila de Quiaios parte do tráfego, o que facilmente me leva a identificar riscos de segurança rodoviária.-----

Por outro lado, eu procurei conversar este assunto com algumas pessoas de Quiaios que, curiosamente, não partilharam daquele regozijo e satisfação aqui expressos pelo Presidente da Junta de Freguesia, antes pelo contrário, manifestaram-se fortemente contra, de tal modo que o meu voto também seguirá nesse sentido.”----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves.-----

EDGAR PEDROSA GONÇALVES: “Eu acho realmente que esta variante é necessária e partilho das palavras do Presidente da Junta de Freguesia, mas também noto um conflito na chegada do lado de Quiaios, isto é, a variante vai entroncar com a Rua das Matas, que tem 5/6 m de largura.-----

O trânsito volta a ficar confinado aqui numa extensão de quase mais de 500 m.--- Para além disso, no Plano Diretor Municipal aprovado em 2017 a variante tem outro percurso.-----

Não vejo que o outro percurso seja muito diferente e acho que é adequado, mas a variante continuava para a Rua Dr. Afonso Henriques Miranda e está assim projetada no Plano. O que quer dizer, que a Rua Dr. Afonso Henriques Miranda é depois a ligação de Quiaios ao Ervedal.-----

Neste Plano nem estava traçado o percurso para ligar ao Nó da autoestrada, à Rotunda do Ervedal, mas de qualquer maneira, havia depois uma ligação muito direta ao Ervedal e, facilmente, quem saísse da autoestrada chegaria à Praia de Quiaios com alguma facilidade.-----

Por isso, acho que deve haver aqui um aprofundamento. No outro Plano, a rotunda, que está no fim da ligação, estaria na Rua das Bateiras e permitia essa continuação. Neste estudo prévio, neste momento, não é possível a continuação depois da via.”

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Ricardo Manuel Santos.

RICARDO MANUEL SANTOS: “Senhora deputada municipal Silvina Anadio Queiroz, eu tenho muita pena que em Quiaios só fale com os seus camaradas, porque se falasse



com mais pessoas, provavelmente, teria uma opinião diferente.-----
É evidente que eu também posso concordar com aquilo que disse o deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves, que esta não é a solução ideal.-----
Todos sabemos que a solução ideal é aquela que está preconizada no Plano Diretor Municipal, mas quando me perguntam se eu prefiro ter a solução ideal ou ter uma solução que me retire trânsito da Rua Direita e me garanta a segurança das pessoas que hoje frequentam o centro da Vila, é evidente, que eu vou preferir e defender sempre uma solução que me retire esse trânsito da Rua Direita.-----
Sabemos, o Presidente da Câmara também sabe, o executivo também sabe que esta não é a solução ideal, mas é a solução possível entre ter nada ou ter alguma coisa. Defenderemos sempre ter alguma coisa!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "Agradeço as palavras do Presidente da Junta de Freguesia quando deixa no ar que ficava muito contentinho por falar comigo.-----
Não tenho problema nenhum em falar com ele, mas certamente não irei discutir propostas que vêm à Assembleia Municipal com pessoas que não me mereçam confiança política.-----

E não estou a ofender ninguém. Toda a gente sabe o que quer dizer confiança política. É estarmos do mesmo lado ou estarmos de lados diferentes ou mesmo contrários.-----

Por outro lado, fico contente por ele dar a mão à palmatória e dizer que esta não é a solução ideal. Pois não! Mas poderiam ter chegado à solução ideal se a tanto tivessem ajudado o engenho e a arte."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Engenho e arte para 15.000.000 € como é que se faz?-----

A solução prevista no Plano Diretor Municipal custa para aí 15 a 18.000.000 €. Portanto, se tiver uma ideia para o engenho e arte eu acolho já!-----

Eu não percebo que visão é essa do mundo em que quando é possível realizar uma aspiração de décadas para desafogar o trânsito do centro de Quiaios e fazer a variante possível, se vem dizer que essa não é ideal.-----

Mas, se preferirem que nós não façamos, é só dizer.-----

Senhora deputada, tem de dizer o que é que prefere, porque só deitar abaixo já temos que chegar por aí.-----

Gostava de dizer ao deputado municipal Edgar Pedrosa Gonçalves que isto é um estudo prévio, não é a solução final.-----



Portanto, podemos trabalhar a Rotunda para cá ou a Rotunda para lá, mas é um estudo prévio. Agora eu gostava de saber é qual é a solução.-----

Isto de chegar aqui e dizer «Era bom, era uma pintada a azul-claro e outra parte de cor-de-rosa e que tivesse nêspas no meio e águas correntes em 2/3 da via», isso é magnífico.-----

A questão é fazer, é resolver! Isto ainda vai ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas outra vez e tem de ir a Conselho de Ministros.-----

Quero salientar aqui o trabalho da Junta de Freguesia de Quiaios, a votação de todos os seus membros, uma parceria magnífica porque é preciso fazer uma permuta com matas do Estado.-----

Lembro-me de ainda em campanha estar lá, espero que o senhor com franqueza ainda esteja vivo, e um senhor que estava deitado numa cama no seu quintal, ali no Largo Central, quando eu passei disse «Senhor Dr., se for eleito, eu não quero morrer sem ver a variante de Quiaios». Eu não sei se ele se estava a referir à ideal ou à outra.-----

Agora, acho que é uma obra, de facto, importante, como foi importante a do Enforca Cães. E louvo para mim quem a lançou, porque acho que foi precisa alguma coragem, é uma excelente obra e que muito valoriza.-----

Olhe, idealmente, aquele viaduto a meio devia ter duas faixas, só tem uma, mas há razões para isso.-----

Agora, a deputada municipal Silvina Anadio Queiroz devia dizer - agora, não fazemos esta. Vamos continuar a lutar pela ideal e darmos o engenho e a arte.-----

Eu não tenho engenho e arte para ir buscar 15.000.000 € para esta via, mas diga-me lá como é que se faz?"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra à deputada municipal Silvina Anadio Queiroz.

SILVINA ANADIO QUEIROZ: "A expressão «não é a solução ideal» não nasceu na minha boca, nasceu na boca do Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios.-----

Apenas veio dar razão àquilo que eu estava dizendo, mas a expressão, de facto, não é minha. Não sou a mãe da expressão, utilizei-a depois.-----

Agora, não me pergunte como é que se faz porque eu não sou projetista, assim como há bocadinho disse que não era arquiteto. Eu apenas sei que não se deve desvalorizar quem pensa de modo diverso de nós.-----

E dizer que se pinta de cor-de-rosa ou azul, eu posso sugerir e às pintas como as salamandras. Acho que não nos fica bem!-----

É óbvio que o Presidente da Câmara está no seu direito de resposta se não lhe



agradar aquilo que acaba de ouvir de minha parte, mas eu dir-lhe-ei o seguinte sobre esta matéria: para além de votar contra, não direi mais coisíssima nenhuma, porque acho que é uma perda de tempo.”-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: “A senhora representa aqui a Coligação Democrática Unitária. Como sabe, tem sido falado no Parlamento de propriedades urbanísticas a propósito de soluções ideais.-----

Eu, enquanto Presidente da Câmara de Lisboa, recebi uma representação da Coligação Democrática Unitária para me pedirem mais um andar numa rua onde a cércea não permitia, para recuperarem o prédio. Posso dizer o nome da Rua ao pé do Palácio Sotto Mayor em Lisboa, fora outro na Calçada da Estrela.-----

Há soluções ideais e até há quem queira sempre soluções ideais, mais um andar, a tal coisa que havia antes «o recuado», já ouvi de tudo.-----

Portanto, as pessoas virem dizer «não é a solução ideal» e ouvir pessoas que estão contra e depois diz-me «não me venha perguntar como, que eu não sou engenheiro»!!! Mas, eu não lhe pedi para fazer o projeto, eu perguntei-lhe qual era a solução para irmos buscar o financiamento.-----

A senhora conhece muito bem a Administração Pública e Regional, tem as informações todas, qual é a solução? Onde é que vamos buscar o financiamento? Aumentamos os impostos aqui?-----

Não tem solução, e afirma «não digo mais nada e voto contra».-----

É por isso que a situação política geral está no nível em que está. Falam, falam, falam como diz o outro, mas quer dizer, há quem tenha de resolver os assuntos e os problemas.-----

Olhe a Ponte Edgar Cardoso, ainda outro dia me dizia um engenheiro que fez várias pontes, é das Pontes mais complicadas do mundo esta Ponte de tirantes. É de facto muito complicada, parecida com uma que teve uma situação muito complicada aqui há uns anos noutro país. Escolheram fazê-la. Quem escolheu na altura era um Governo Partido Socialista/Partido Social Democrata, julgo que em 1983, era Eugénio Nobre, Secretário de Estado das Obras Públicas.-----

É uma Ponte que tem de ter os tirantes impecáveis. Se passa ali um choque é uma maçada. A solução ideal era terem feito outra...-----

Há outras coisas ideais pelas quais estamos a lutar. O Porto ter navegabilidade acrescida. Estamos a lutar realmente para que tudo isto melhore, sem dúvida nenhuma.-----



Agora, as pessoas nem sonham o trabalho que tem sido para levar esta variante por diante. A deputada municipal Silvina Anadio Queiroz pode dizer «sou contra a variante, não se faça a variante». Pelo amor de Deus!-----

Quanto à pergunta que o Presidente da Junta de Freguesia de Quiaios me fez, eu respondo «é compromisso de honra» e acho razoável o valor previsto para esta estrada e para a função que desempenha.-----

Mas vamos obter, se Deus quiser, o financiamento para ela. Assim eu conseguisse resolver já o financiamento da Ponte de Alqueidão-Vila Verde. Vamos ver no 2030. Para além de termos fonte de financiamento, há também uma questão de equidade que não pode deixar de ser ponderada.-----

Se Deus Nosso Senhor quiser, esta obra começará, longe das eleições. Isso é que é um horror. Eu por mim, até se me candidatar a segundo mandato, preferia começá-la depois, mas faço questão de começar antes. Não quero fazer obras para eleições. - Uma coisa garanto, é que se for parar para lá da Primavera do ano que vem, a obra só começará depois no outro mandato, porque eu não começo obras em cima de eleições. É uma questão de princípio!"-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à votação.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições combinadas da alínea r) do n.º 1 e j) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, deliberou, por maioria, com trinta e sete votos a favor dos membros do Partido Socialista, Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Partido Social Democrata e Bloco de Esquerda, sem abstenções, e um voto contra do membro da Coligação Democrática Unitária, reconhecer o interesse público municipal da obra da construção da Variante de Quiaios, no âmbito do processo de pedido de desafetação do Regime Florestal Total na Mata Nacional das Dunas de Quiaios de uma parcela de terreno de 6.553 hectares, com referência ao disposto no Decreto de 24 de dezembro de 1901, publicado no Diário do Governo, n.º 296, de 31 de dezembro de 1901, que define a submissão de terrenos ao regime florestal, e no Decreto de 24 de dezembro de 1903, publicado no Diário do Governo, n.º 294, de 30 de dezembro de 1903, que aprova a regulamentação para a execução do regime florestal.-----



Deliberação aprovada em minuta. -----

5.6 - LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 22 DE DEZEMBRO DE 2023 - PARA CONHECIMENTO

Pela Divisão de Contratação Pública, foi presente uma informação datada de 10 de abril de 2024, anexando a lista dos contratos celebrados ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido constituindo o anexo número quatro à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento à reunião de Câmara de 19 de abril de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação da ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, ambos na sua última redação, tomou conhecimento dos contratos assumidos pelo Município da Figueira da Foz na abrangência da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, concedida por deliberação da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2023.-----

5.7 - REGULAMENTO URBANÍSTICO COM INDICAÇÃO DAS NORMAS QUE CONTRARIAM O DECRETO-LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DECRETO-LEI N.º 10/2024, DE 08 DE JANEIRO - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente foi remetido para conhecimento o Regulamento Urbanístico do Município da Figueira da Foz, com a identificação das normas que não poderão manter-se em vigor por contrariarem o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação em vigor, na sequência das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 08 de janeiro, devendo o mesmo ser lido com as necessárias adaptações, nomeadamente no que reporta a «Todas as referências legais e regulamentares ao alvará de licença de construção e ao alvará da licença de utilização devem entender-se como efetuadas ao recibo de pagamento das taxas legalmente devidas», documento



que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número cinco à presente ata.-----

Este processo foi presente para conhecimento em sede de reunião de Câmara de 05 de abril de 2024.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato ao ponto seguinte.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, sob proposta da Câmara e ao abrigo das disposições da alínea r) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua última redação, tomou conhecimento do Regulamento Urbanístico do Município da Figueira da Foz, com a identificação das normas que não poderão manter-se em vigor por contrariarem o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação em vigor, na sequência das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 08 de janeiro, devendo o mesmo ser lido com as necessárias adaptações, nomeadamente no que reporta a «Todas as referências legais e regulamentares ao alvará de licença de construção e ao alvará da licença de utilização devem entender-se como efetuadas ao recibo de pagamento das taxas legalmente devidas».-----

5.8 - ADITAMENTO À FUNDAMENTAÇÃO DA 3.ª CORREÇÃO MATERIAL À 1.ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ - PARA CONHECIMENTO

Pelo Presidente da Câmara foi presente o aditamento à fundamentação do processo relativo à 3.ª Correção Material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, documento que aqui se dá por integralmente reproduzido, constituindo o anexo número seis à presente ata.-----

O aditamento à fundamentação prende-se com o facto de a situação identificada como «Terreno Municipal a norte do Parque Municipal de Campismo da Figueira da Foz» também possuir enquadramento na alínea c) do n.º 1 do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atualizada, ou seja, em «correções do regulamento ou das plantas, determinadas por incongruência destas peças entre si». Este processo foi votado favoravelmente em sede de reunião de Câmara de 19 de abril de 2024, sendo agora remetido à Assembleia Municipal, órgão competente pela aprovação do Plano Diretor Municipal, para conhecimento.-----



PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco.

TEOTÓNIO JESUS CAVACO: "Senhor Presidente da Assembleia Municipal, não é propriamente em relação à fundamentação da 3.ª Correção Material à 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, mas eu penso que, talvez, fosse interessante abrir um debate público sobre o Plano Diretor Municipal atualmente em vigor.-----

Este documento foi feito com um claro sentido imperialista da força política que na altura governava a Figueira da Foz, não dando azo a qualquer possibilidade de contestação.-----

É um Plano Diretor Municipal que efetivamente está, julgo eu, perfeitamente anacrónico e a contribuir para que haja um despovoamento das Freguesias mais rurais do Concelho da Figueira da Foz.-----

Eu penso e deixo aqui a nota de que, talvez, fosse altura de se iniciar o processo de revisão deste Plano Diretor Municipal autoritário e imperialista."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

PRESIDENTE DA CÂMARA: "Tomei boa nota da intervenção do deputado municipal Teotónio Jesus Cavaco."-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA perguntou se o Presidente da Câmara ou mais algum deputado municipal pretendia usar da palavra e como ninguém se inscreveu passou-se de imediato à aprovação desta ata em minuta.-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, ao abrigo das disposições emergentes dos n.ºs 2 e 3º do art.º 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua última redação, tomou conhecimento do aditamento à fundamentação do processo relativo à 3.ª Correção Material da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal da Figueira da Foz, que se prende com o facto de a situação identificada como «Terreno Municipal a norte do Parque Municipal de Campismo da Figueira da Foz» também possuir enquadramento na alínea c) do n.º 1 do artigo 122.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atualizada, ou seja, em «correções do regulamento ou das plantas, determinadas por incongruência destas peças entre si».-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA: "Concluída a nossa Ordem de Trabalhos, colocava à votação a aprovação desta ata em minuta."-----

A Assembleia Municipal, encontrando-se ausentes os membros do Partido Socialista, Nuno Melo Biscaia e Vitor Gonçalves Alemão, e do Grupo de Cidadãos Eleitores



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 4 da Sessão Ordinária de 30-04-2024

Figueira a Primeira, Paulo Nisa Mariano, deliberou, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada encerrada a sessão eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário, nos termos da Lei. -----